

CLEBER  
MASSON

**17<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada e  
ampliada



# DIREITO PENAL

PARTE GERAL (ARTS. 1º A 120)



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 12.01.2023

- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

M372d

Masson, Cleber

Direito penal : parte geral (arts. 1º a 120) / Cleber Masson. - 17. ed. - Rio de Janeiro : Método, 2023.

Inclui bibliografia

“material suplementar na plataforma”

ISBN 978-65-596-4672-2

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título. II. Série.

22-81482

CDU: 343.2(81)



---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

<b>CAPÍTULO 1 – DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>3</b>
1.1. Conceito de Direito Penal.....	3
1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito .....	3
1.3. Nomenclatura .....	3
1.4. Características do Direito Penal .....	4
1.5. Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal.....	5
1.6. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....	5
1.6.1. Com o Direito Processual Penal.....	5
1.6.2. Com o Direito Constitucional .....	6
1.6.3. Com o Direito Administrativo.....	6
1.6.4. Com o Direito Civil.....	7
1.6.5. Com o Direito Internacional.....	7
1.7. Funções do Direito Penal.....	7
1.7.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos .....	8
1.7.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....	8
1.7.3. Direito Penal como garantia.....	8
1.7.4. Função ético-social do Direito Penal.....	9
1.7.5. Função simbólica do Direito Penal.....	9
1.7.6. Função motivadora do Direito Penal .....	9
1.7.7. Função de redução da violência estatal .....	10
1.7.8. Função promocional do Direito Penal .....	10
1.8. A ciência do Direito Penal .....	10
1.8.1. Introdução.....	10
1.8.2. Dogmática penal.....	10
1.8.3. Política criminal.....	11

1.8.4.	Criminologia.....	11
1.8.5.	Vitimologia .....	12
1.9.	Divisões do Direito Penal .....	13
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário .....	13
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário...	13
1.9.3.	Direito Penal comum.....	13
1.9.4.	Direito Penal especial .....	13
1.9.5.	Direito Penal geral.....	13
1.9.6.	Direito Penal local.....	14
1.9.7.	Direito Penal objetivo.....	14
1.9.8.	Direito Penal subjetivo .....	14
1.9.9.	Direito Penal material.....	14
1.9.10.	Direito Penal formal .....	14
1.10.	Fontes do Direito Penal.....	14
1.10.1.	Introdução.....	14
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção.....	14
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento .....	15
1.10.3.1.	Constituição Federal.....	15
1.10.3.2.	Jurisprudência .....	15
1.10.3.3.	Doutrina.....	17
1.10.3.4.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos .....	17
1.10.3.5.	Costumes.....	18
1.10.3.6.	Princípios gerais do Direito.....	19
1.10.3.7.	Atos da Administração Pública .....	19
<b>CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL.....</b>		<b>21</b>
2.1.	Conceito .....	21
2.2.	Princípios em espécie.....	21
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade .....	21
2.2.1.1.	Princípio da reserva legal e mandados de criminalização.....	23
2.2.1.2.	Homofobia (ou transfobia), omissão legislativa e Supremo Tribunal Federal.....	24
2.2.2.	Princípio da anterioridade.....	26
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela...	27
2.2.3.1.	Introdução.....	27
2.2.3.2.	Finalidade.....	27

2.2.3.3.	Natureza jurídica .....	28
2.2.3.4.	Requisitos.....	28
2.2.3.4.1.	Requisitos objetivos.....	28
2.2.3.4.2.	Requisitos subjetivos.....	29
2.2.3.5.	Aplicabilidade.....	33
2.2.3.6.	Princípio da insignificância e infrações penais de menor potencial ofensivo .....	43
2.2.3.7.	A questão do furto privilegiado .....	43
2.2.3.8.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial.....	44
2.2.3.9.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria.....	44
2.2.4.	Princípio da individualização da pena .....	45
2.2.5.	Princípio da alteridade .....	46
2.2.6.	Princípio da confiança.....	46
2.2.7.	Princípio da adequação social.....	47
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima.....	47
2.2.8.1.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal.....	48
2.2.8.2.	Princípio da subsidiariedade .....	49
2.2.9.	Princípio da proporcionalidade .....	50
2.2.10.	Princípio da humanidade.....	52
2.2.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	52
2.2.12.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	53
2.2.12.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal .....	53
2.2.12.2.	A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.....	54
2.2.13.	Princípio da imputação pessoal.....	55
2.2.14.	Princípio da responsabilidade pelo fato .....	55
2.2.15.	Princípio da personalidade ou da intranscendência.....	55
2.2.16.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva .....	55
2.2.17.	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	56
2.2.18.	Princípio da isonomia .....	59
<b>CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....</b>		<b>61</b>
3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos.....	61
3.1.1.	Introdução.....	61
3.1.2.	Vingança divina .....	61

3.1.3.	Vingança privada.....	62
3.1.4.	Vingança pública .....	63
3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano .....	64
3.2.1.	Direito Penal grego .....	64
3.2.2.	Direito Penal romano .....	64
3.3.	Idade Média.....	65
3.3.1.	Direito Penal germânico .....	65
3.3.2.	Direito Penal canônico .....	66
3.4.	Idade Moderna.....	68
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria .....	68
<b>CAPÍTULO 4 – A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....</b>		<b>71</b>
4.1.	Período Colonial.....	71
4.2.	Código Criminal do Império .....	72
4.3.	Período Republicano.....	73
<b>CAPÍTULO 5 – ESCOLAS PENAIS .....</b>		<b>75</b>
5.1.	Escola Clássica.....	75
5.2.	Escola Positiva.....	76
5.3.	Correcionalismo Penal.....	77
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal.....	78
5.5.	A defesa social.....	79
<b>CAPÍTULO 6 – A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL.....</b>		<b>83</b>
6.1.	Positivismo jurídico.....	83
6.2.	Neokantismo penal.....	84
6.3.	Garantismo penal .....	84
6.4.	Funcionalismo penal.....	85
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique.....	86
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bonn.....	87
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna .....	88
6.5.1.	Introdução.....	88
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção .....	90
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal.....	93
6.5.4.	Direito Penal do inimigo .....	94
6.5.4.1.	Noções preliminares.....	94

6.5.4.2.	Conceito de inimigo .....	94
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo .....	96
6.5.5.	Neopunitivismo: a quarta velocidade do Direito Penal.....	98
6.5.6.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade.....	99
<b>CAPÍTULO 7 – LEI PENAL.....</b>		<b>101</b>
7.1.	Introdução.....	101
7.2.	Classificação.....	101
7.3.	Características da lei penal.....	103
7.4.	Lei penal em branco .....	103
7.4.1.	A origem do complemento da lei penal em branco .....	104
7.5.	Interpretação da lei penal .....	105
7.5.1.	Introdução.....	105
7.5.2.	Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária.....	106
7.5.3.	Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica.....	106
7.5.4.	Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva .....	107
7.5.5.	Interpretação progressiva .....	107
7.5.6.	Interpretação analógica.....	108
7.5.7.	Interpretação exofórica e endofórica .....	108
7.6.	Analogia.....	108
7.6.1.	Introdução.....	108
7.6.2.	Espécies .....	109
7.7.	Lei penal no tempo.....	110
7.7.1.	Introdução.....	110
7.7.2.	Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo.....	110
7.7.2.1.	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	111
7.7.2.2.	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i> .....	111
7.7.2.3.	<i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica.....	112
7.7.2.4.	Combinação de leis penais ( <i>lex tertia</i> ).....	116
7.7.2.5.	Lei penal intermediária .....	118
7.7.3.	Lei penal temporária e lei penal excepcional .....	118
7.7.4.	As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo .....	119
7.8.	Conflito aparente de leis penais.....	121
7.8.1.	Conceito .....	121
7.8.2.	Requisitos.....	121

7.8.3.	Localização no Direito Penal .....	122
7.8.4.	Finalidade.....	122
7.8.5.	Diferença com o concurso de crimes.....	123
7.8.6.	Diferença com o conflito de leis penais no tempo.....	123
7.8.7.	Princípios para solução do conflito .....	124
7.8.7.1.	Princípio da especialidade .....	124
7.8.7.2.	Princípio da subsidiariedade .....	126
7.8.7.3.	Princípio da consunção ou da absorção.....	128
7.8.7.4.	Princípio da alternatividade .....	133
7.8.8.	Ausência de previsão legal.....	134
7.9.	Tempo do crime.....	135
7.10.	Lei penal no espaço .....	136
7.10.1.	Introdução.....	136
7.10.2.	Princípio da territorialidade.....	137
7.10.2.1.	Conceito de território.....	137
7.10.2.2.	Território brasileiro por extensão.....	138
7.10.3.	Outros princípios.....	138
7.10.3.1.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade..	139
7.10.3.2.	Princípio do domicílio .....	139
7.10.3.3.	Princípio da defesa, real ou da proteção .....	139
7.10.3.4.	Princípio da justiça universal.....	140
7.10.3.5.	Princípio da representação .....	140
7.11.	Lugar do crime.....	140
7.11.1.	Não aplicação da teoria da ubiqüidade em outras hipóteses ...	141
7.12.	Extraterritorialidade .....	142
7.12.1.	Introdução.....	142
7.12.2.	Extraterritorialidade incondicionada .....	142
7.12.2.1.	Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i> ....	143
7.12.2.2.	Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura.....	143
7.12.3.	Extraterritorialidade condicionada.....	143
7.13.	Lei penal em relação às pessoas .....	144
7.13.1.	Introdução.....	144
7.13.2.	Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros.....	145
7.13.3.	Imunidades parlamentares.....	146
7.13.3.1.	Alocação.....	146
7.13.3.2.	Introdução.....	146



7.13.3.3.	Conceito e finalidade.....	147
7.13.3.4.	Imunidade material ou inviolabilidade .....	147
7.13.3.5.	Imunidade formal.....	151
7.13.3.6.	Pessoas abrangidas pela imunidade .....	153
7.13.3.7.	Suspensão e renúncia da imunidade .....	154
7.13.3.8.	Imunidades e estado de sítio .....	155
7.14.	Disposições finais acerca da aplicação da lei penal .....	155
7.14.1.	Introdução.....	155
7.14.2.	Eficácia da sentença estrangeira .....	156
7.14.3.	Contagem de prazo.....	156
7.14.4.	Frações não computáveis da pena.....	158
7.14.5.	Legislação especial.....	159

## PARTE II

### TEORIA GERAL DO CRIME

<b>CAPÍTULO 8 – CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>163</b>	
8.1.	Conceito de crime .....	163
8.1.1.	Critério material ou substancial .....	163
8.1.2.	Critério legal.....	164
8.1.2.1.	Crime e contravenção penal: outras distinções....	165
8.1.2.2.	Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas.....	166
8.1.3.	Critério analítico.....	168
8.1.4.	Critério adotado pelo Código Penal.....	169
8.2.	Ilícito penal e outros ilícitos.....	170
8.3.	Sujeitos do crime .....	170
8.3.1.	Sujeito ativo .....	170
8.3.1.1.	A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes ....	171
8.3.2.	Sujeito passivo.....	174
8.4.	Objeto do crime.....	176
<b>CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES .....</b>	<b>177</b>	
9.1.	Introdução.....	177
9.1.1.	Crimes comuns, próprios e de mão própria.....	177
9.1.2.	Crimes simples e complexos .....	178
9.1.2.1.	Crime ultracomplexo (ou supercomplexo).....	179

9.1.3.	Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	179
9.1.4.	Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo.....	180
9.1.5.	Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos.....	181
9.1.6.	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	181
9.1.7.	Crimes de dano e de perigo.....	182
9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	182
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista.....	183
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	185
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluri-ofensivos.....	185
9.1.12.	Crimes principais e acessórios.....	185
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes.....	186
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	186
9.1.15.	Crimes independentes e conexos.....	186
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados.....	187
9.1.17.	Crimes naturais, plásticos e vazios.....	187
9.1.18.	Crimes de mínimo, de menor, de médio, de elevado e de máximo potencial ofensivo.....	188
9.1.19.	Outras classificações.....	188
9.1.19.1.	Crime gratuito.....	188
9.1.19.2.	Crime de ímpeto.....	188
9.1.19.3.	Crime exaurido.....	189
9.1.19.4.	Crime de circulação.....	189
9.1.19.5.	Crime de atentado ou de empreendimento.....	189
9.1.19.6.	Crime de opinião ou de palavra.....	189
9.1.19.7.	Crime multitudinário.....	189
9.1.19.8.	Crime vago.....	189
9.1.19.9.	Crime internacional.....	189
9.1.19.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição.....	190
9.1.19.11.	Crime inominado.....	190
9.1.19.12.	Crime habitual.....	190
9.1.19.13.	Crime profissional.....	190
9.1.19.14.	Quase crime.....	190
9.1.19.15.	Crime subsidiário.....	190
9.1.19.16.	Crime hediondo.....	191
9.1.19.17.	Crime de expressão.....	191

9.1.19.18.	Crime de intenção ou de tendência interna transcendente .....	191
9.1.19.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal .....	191
9.1.19.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....	191
9.1.19.21.	Crime de ação violenta .....	191
9.1.19.22.	Crime de ação astuciosa .....	191
9.1.19.23.	Crime falho .....	192
9.1.19.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....	192
9.1.19.25.	Crime remetido .....	192
9.1.19.26.	Crimes de responsabilidade.....	192
9.1.19.27.	Crime obstáculo.....	192
9.1.19.28.	Crime progressivo .....	192
9.1.19.29.	Progressão criminosa.....	193
9.1.19.30.	Crimes de impressão .....	193
9.1.19.31.	Crimes militares.....	193
9.1.19.32.	Crimes falimentares .....	195
9.1.19.33.	Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i> .....	195
9.1.19.34.	Crimes parcelares .....	195
9.1.19.35.	Crimes de hermenêutica .....	195
9.1.19.36.	Crimes de rua, crimes do colarinho branco e do colarinho azul .....	196
9.1.19.37.	Crime liliputiano .....	196
9.1.19.38.	Crimes de catálogo.....	197
9.1.19.39.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo .....	197
9.1.19.40.	Crimes de olvido .....	197
9.1.19.41.	Crimes aberrantes.....	197
9.1.19.42.	Crime achado.....	197
9.1.19.43.	Crime de clima .....	198

## CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO ..... 199

10.1.	Introdução.....	199
10.2.	Conduta.....	200
10.2.1.	Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal.....	200
10.2.2.	Teoria final ou finalista.....	202
10.2.3.	Teoria cibernética .....	203
10.2.4.	Teoria social.....	204

10.2.5.	Teoria jurídico-penal.....	204
10.2.6.	Teoria da ação significativa .....	205
10.2.7.	Apontamentos gerais sobre a conduta.....	206
10.2.8.	Formas de conduta.....	207
10.2.9.	Teorias acerca da omissão .....	208
10.2.10.	Caracteres da conduta .....	208
10.2.11.	Exclusão da conduta .....	209
10.3.	Resultado.....	210
10.3.1.	Conceito .....	210
10.3.2.	Denominação .....	210
10.3.3.	Espécies .....	210
10.4.	Relação de causalidade ou nexa causal.....	211
10.4.1.	Denominação .....	211
10.4.2.	Dispositivo legal.....	211
10.4.3.	Conceito .....	211
10.4.4.	Âmbito de aplicação .....	212
10.4.5.	Teorias.....	212
10.4.5.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	213
10.4.6.	Concausas.....	214
10.4.6.1.	Introdução.....	214
10.4.6.2.	Causas dependentes e independentes.....	214
10.4.7.	Relevância da omissão.....	218
10.4.7.1.	Conceito e alcance .....	218
10.4.7.2.	Teoria adotada.....	219
10.4.7.3.	Dever de agir: critérios existentes para sua definição .....	219
10.4.7.4.	Poder de agir.....	220
10.4.7.5.	Hipóteses de dever de agir.....	220
10.4.8.	A questão da dupla causalidade .....	223
10.4.9.	Teoria da imputação objetiva .....	223
10.4.9.1.	Evolução histórica .....	223
10.4.9.2.	Introdução.....	223
10.4.9.3.	Conceito e análise dos pressupostos.....	225
10.4.9.4.	A imputação objetiva para Jakobs e Roxin.....	228
10.4.9.5.	Conclusões.....	229
10.4.9.6.	Direito Penal Quântico.....	230
10.4.10.	Teoria da condição mínima.....	230
10.5.	Tipicidade.....	231

10.5.1.	Conceito .....	231
10.5.2.	Evolução doutrinária.....	232
10.5.2.1.	Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal .....	233
10.5.3.	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	233
10.5.4.	Teoria da tipicidade conglobante.....	234
10.5.5.	Adequação típica: conceito e espécies .....	235
<b>CAPÍTULO 11 – TEORIA DO TIPO.....</b>		<b>237</b>
11.1.	Conceito .....	237
11.2.	Espécies.....	237
11.3.	Tipo legal .....	237
11.4.	Funções do tipo legal.....	237
11.4.1.	Função de garantia.....	238
11.4.2.	Função fundamentadora .....	238
11.4.3.	Função indiciária da ilicitude.....	238
11.4.4.	Função diferenciadora do erro .....	239
11.4.5.	Função seletiva.....	239
11.5.	Estrutura do tipo legal.....	239
11.5.1.	Elementos modais.....	241
11.6.	Classificação doutrinária do tipo legal .....	241
11.6.1.	Tipo normal e tipo anormal .....	241
11.6.2.	Tipo fundamental e tipo derivado .....	241
11.6.3.	Tipo fechado e tipo aberto .....	242
11.6.4.	Tipo de autor e tipo de fato.....	242
11.6.5.	Tipo simples e tipo misto .....	242
11.6.6.	Tipo congruente e tipo incongruente.....	243
11.6.7.	Tipo complexo .....	243
11.6.8.	Tipo preventivo.....	243
<b>CAPÍTULO 12 – CRIME DOLOSO .....</b>		<b>245</b>
12.1.	Introdução.....	245
12.2.	Teorias do dolo .....	245
12.2.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	245
12.3.	Elementos do dolo.....	246
12.4.	Dolo natural e dolo normativo.....	247
12.5.	Espécies de dolo.....	247
12.5.1.	Dolo direto e dolo indireto .....	247

12.5.1.1.	Dolo eventual e os crimes de trânsito .....	249
12.5.2.	<i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i> .....	250
12.5.3.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino) .....	250
12.5.4.	Dolo genérico e dolo específico.....	251
12.5.5.	Dolo presumido.....	251
12.5.6.	Dolo de dano e dolo de perigo .....	251
12.5.7.	Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau .....	252
12.5.8.	Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i> .....	252
12.5.9.	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente.....	253
12.5.10.	Dolo abandonado .....	253
12.5.11.	Dolo unitário ou global.....	254
12.6.	O dolo nas contravenções penais .....	254
12.7.	Prova do dolo e teoria dos indicadores externos.....	255
12.8.	Dolo sem vontade.....	255
<b>CAPÍTULO 13 – CRIME CULPOSO .....</b>		<b>257</b>
13.1.	Introdução.....	257
13.2.	Fundamento da punibilidade da culpa.....	257
13.3.	Conceito de crime culposo .....	258
13.4.	Elementos do crime culposo .....	258
13.4.1.	Conduta voluntária .....	259
13.4.2.	Violação do dever objetivo de cuidado.....	259
13.4.2.1.	Apontamentos gerais.....	259
13.4.2.2.	Modalidades de culpa.....	260
13.4.3.	Resultado naturalístico involuntário .....	262
13.4.4.	Nexo causal.....	262
13.4.5.	Tipicidade.....	263
13.4.6.	Previsibilidade objetiva .....	263
13.4.7.	Ausência de previsão .....	264
13.5.	Espécies de culpa.....	264
13.5.1.	Culpa inconsciente e culpa consciente.....	264
13.5.2.	Culpa própria e culpa imprópria.....	265
13.5.3.	Culpa mediata ou indireta.....	266
13.5.4.	Culpa presumida.....	266
13.6.	Graus de culpa .....	267
13.7.	Compensação de culpas .....	268
13.8.	Concorrência de culpas.....	268
13.9.	Caráter excepcional do crime culposo .....	268
13.10.	Exclusão da culpa .....	269

<b>CAPÍTULO 14 – CRIME PRETERDOLOSO .....</b>	<b>271</b>
14.1. Conceito .....	271
14.2. Relação entre dolo e culpa.....	271
14.3. <i>Versari in re illicita</i> .....	272
14.4. Crimes qualificados pelo resultado .....	272
 <b>CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO .....</b>	 <b>275</b>
15.1. Introdução.....	275
15.2. Previsão legal.....	275
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento .....	275
15.4. Conceito .....	276
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios.....	276
15.5. Espécies.....	276
15.6. Efeitos.....	277
15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo.....	277
15.8. Discriminantes putativas.....	277
15.9. Erro determinado por terceiro.....	280
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas .....	280
15.10. Erro de tipo acidental.....	281
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> .....	281
15.10.2. Erro sobre o objeto .....	281
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras .....	282
15.10.4. Erro sobre o nexa causal ou <i>aberratio causae</i> .....	282
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	283
15.10.5.1. Espécies de erro na execução .....	283
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i> .....	284
15.10.6.1. Espécies .....	285
15.11. Gráfico conclusivo .....	285
 <b>CAPÍTULO 16 – ITER CRIMINIS.....</b>	 <b>287</b>
16.1. Conceito .....	287
16.2. Fase interna: cogitação.....	287
16.3. Fase externa .....	288
16.3.1. Preparação.....	288
16.3.2. Execução.....	289
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....	289

16.3.4. Consumação .....	291
16.4. O exaurimento .....	292
<b>CAPÍTULO 17 - TENTATIVA.....</b>	<b>293</b>
17.1. Dispositivo legal.....	293
17.2. Conceito .....	293
17.3. Denominação.....	293
17.4. Elementos.....	293
17.5. Natureza jurídica.....	294
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa .....	294
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal.....	295
17.7.1. Critério para diminuição da pena.....	295
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais ....	296
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar .....	296
17.10. Espécies de tentativa .....	296
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta .....	297
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha .....	297
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....	297
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita.....	297
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto .....	297
17.12. Tentativa e dolo eventual .....	298
17.13. Inadmissibilidade da tentativa.....	299
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada .....	302
<b>CAPÍTULO 18 - DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....</b>	<b>303</b>
18.1. Dispositivo legal.....	303
18.2. Distinção com a tentativa .....	303
18.3. Fundamento.....	303
18.4. Natureza jurídica.....	304
18.5. Desistência voluntária.....	304
18.6. Arrependimento eficaz.....	305
18.7. Requisitos .....	305
18.8. Motivos.....	306
18.9. Efeito .....	306
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos.....	306
18.11. Adiamento da prática do crime.....	306



18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	307
18.13. Tentativa qualificada.....	307
18.14. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e Lei de Terrorismo...	308
<b>CAPÍTULO 19 – ARREPENDIMENTO POSTERIOR .....</b>	<b>309</b>
19.1. Conceito .....	309
19.2. Alocação do instituto.....	309
19.3. Natureza jurídica.....	309
19.4. Extensão do benefício.....	310
19.5. Fundamentos .....	310
19.6. Requisitos .....	310
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas .....	312
19.8. Critério para redução da pena.....	312
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa.....	313
19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano.....	313
19.10.1. Peculato culposo .....	313
19.10.2. Juizados Especiais Criminais.....	314
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária.....	314
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal.....	314
<b>CAPÍTULO 20 – CRIME IMPOSSÍVEL .....</b>	<b>315</b>
20.1. Conceito .....	315
20.2. Natureza jurídica.....	315
20.3. Teorias sobre o crime impossível .....	316
20.4. Espécies de crime impossível .....	317
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta .....	318
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível .....	318
20.7. Crime putativo e crime impossível .....	319
20.7.1. Conceito de crime putativo .....	319
20.7.2. Espécies de crime putativo .....	319
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo.....	321
<b>CAPÍTULO 21 – ILICITUDE.....</b>	<b>323</b>
21.1. Conceito .....	323
21.2. Ilícitude formal e ilícitude material.....	323
21.3. Concepção unitária .....	323

21.4. Terminologia.....	324
21.5. Ilícito e injusto .....	325
21.6. Ilicitude genérica e ilicitude específica .....	325
21.7. Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva .....	326
21.8. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal.....	326
21.9. Causas de exclusão da ilicitude.....	326
21.9.1. Introdução.....	326
21.9.2. Nomenclatura .....	327
21.9.3. Previsão legal.....	327
21.9.4. Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude.....	328
21.9.5. Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais .....	329
21.9.5.1. Prisão provisória e causas de exclusão da ilicitude.....	329
21.9.6. Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	330
21.9.6.1. Consentimento do ofendido.....	331
21.9.7. Discriminante em branco (ou excludente da ilicitude em branco).....	334
21.9.8. Visão geral .....	335
<b>CAPÍTULO 22 – ESTADO DE NECESSIDADE.....</b>	<b>337</b>
22.1. Dispositivo legal.....	337
22.2. Conceito .....	337
22.3. Natureza jurídica.....	337
22.4. Teorias.....	338
22.5. Requisitos .....	339
22.5.1. Situação de necessidade.....	340
22.5.1.1. Perigo atual.....	340
22.5.1.2. Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....	340
22.5.1.3. Ameaça a direito próprio ou alheio .....	342
22.5.1.4. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo....	342
22.5.2. Fato necessitado.....	343
22.5.2.1. Inevitabilidade do perigo por outro modo .....	343
22.5.2.2. Proporcionalidade.....	344
22.6. Causa de diminuição da pena.....	344
22.7. Espécies de estado de necessidade .....	344
22.7.1. Quanto ao bem sacrificado.....	344

22.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico preservado.....	345
22.7.3. Quanto à origem da situação de perigo .....	345
22.7.4. Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	345
22.8. Estado de necessidade recíproco .....	345
22.9. Casos específicos de estado de necessidade .....	346
22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade.....	346
22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais.....	346
22.12. Estado de necessidade e erro na execução.....	347
22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas .....	347
<b>CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA .....</b>	<b>349</b>
23.1. Fundamento.....	349
23.2. Dispositivo legal.....	349
23.3. Natureza jurídica e conceito.....	350
23.4. Requisitos legais.....	350
23.4.1. Agressão injusta.....	350
23.4.2. Agressão atual ou iminente .....	351
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio.....	352
23.4.4. Reação com os meios necessários.....	352
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários.....	353
23.5. Agente de segurança pública e vítima refém de crime.....	354
23.6. Legítima defesa e vingança.....	355
23.7. Desafio e legítima defesa.....	355
23.8. Espécies de legítima defesa.....	355
23.8.1. Quanto à forma de reação.....	355
23.8.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido.....	356
23.8.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende.....	356
23.8.4. Legítima defesa da honra.....	356
23.8.5. Legítima defesa presumida .....	359
23.8.6. Legítima defesa sucessiva.....	359
23.9. Legítima defesa contra a multidão.....	359
23.10. Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	359
23.11. Legítima defesa nas relações familiares.....	360
23.12. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> .....	360
23.13. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido.....	360
23.14. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa.....	361
23.15. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade...	361
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade...	361

23.17. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade...	363
23.18. Legítima defesa e desobediência civil: distinção .....	363
<b>CAPÍTULO 24 - ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL .....</b>	<b>365</b>
24.1. Dispositivo legal.....	365
24.2. Natureza jurídica.....	365
24.3. Conceito .....	365
24.4. Fundamento.....	365
24.5. Dever legal.....	366
24.6. Destinatários da excludente.....	366
24.7. Limites da excludente .....	367
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos .....	367
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude .....	367
24.10. Atuação policial e Lei do Crime Organizado .....	367
<b>CAPÍTULO 25 - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO .....</b>	<b>369</b>
25.1. Dispositivo legal.....	369
25.2. Natureza jurídica.....	369
25.3. Conceito .....	369
25.4. Limites da excludente .....	370
25.5. Costumes.....	370
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito .....	371
25.7. Lesões em atividades esportivas.....	371
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas .....	371
25.9. Ofendículas .....	372
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade .....	373
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas.....	373
<b>CAPÍTULO 26 - EXCESSO.....</b>	<b>375</b>
26.1. Introdução.....	375
26.2. Dispositivo legal e alcance .....	375
26.3. Conceito .....	376
26.4. Espécies.....	376
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante.....	376
26.4.2. Intensivo e extensivo.....	377
26.5. Legítima defesa e excesso.....	377

26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso .....	378
<b>CAPÍTULO 27 – CULPABILIDADE .....</b>	<b>381</b>
27.1. Introdução.....	381
27.2. Conceito .....	382
27.3. Culpabilidade pelo fato.....	382
27.4. Fundamento da culpabilidade.....	382
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade .....	382
27.5.1. Teoria psicológica .....	382
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa.....	384
27.5.3. Teoria normativa pura.....	385
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal .....	386
27.7. Teoria funcional da culpabilidade .....	387
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade .....	387
27.9. Cculpabilidade.....	387
27.9.1. Cculpabilidade às avessas .....	388
27.10. Cculpabilidade formal e culpabilidade material .....	389
27.11. Graus de culpabilidade .....	389
27.12. Dirimentes.....	390
<b>CAPÍTULO 28 – IMPUTABILIDADE PENAL.....</b>	<b>391</b>
28.1. Introdução.....	391
28.2. Conceito .....	391
28.3. Momento para constatação da imputabilidade .....	392
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade.....	392
28.5. Causas de inimputabilidade.....	393
28.6. Menoridade.....	393
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil.....	393
28.6.2. Redução da maioridade penal.....	394
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal....	394
28.6.4. Menoridade penal e crimes militares .....	394
28.7. Inimputabilidade por doença mental.....	395
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez.....	395
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto .....	395
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	396
28.10. A perícia médica.....	396
28.11. Efeitos da inimputabilidade .....	398

28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita.....	398
28.12.1. Dispositivo legal.....	398
28.12.2. Nomenclatura .....	398
28.12.3. Conceito .....	399
28.12.4. Sistema adotado.....	399
28.12.5. Natureza jurídica .....	400
28.12.6. Efeitos .....	400
28.13. Emoção e paixão.....	401
28.13.1. Apontamento histórico.....	401
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal .....	401
28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções.....	401
28.13.4. Efeitos .....	402
28.13.5. Emoção e paixão patológicas .....	402
28.13.6. Espécies .....	402
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal.....	403
28.13.8. A questão do homicídio passional.....	403
28.14. Embriaguez .....	404
28.14.1. Conceito .....	404
28.14.2. Denominação .....	404
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crônico..	404
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez.....	404
28.14.5. Espécies de embriaguez.....	405
28.14.5.1. Quanto à intensidade.....	405
28.14.5.2. Quanto à origem .....	405
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança .....	406
28.14.7. Prova da embriaguez .....	406
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro .....	407
28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	410
<b>CAPÍTULO 29 - POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE.....</b>	<b>415</b>
29.1. Introdução.....	415
29.2. Evolução .....	415
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...	416
29.4. Exclusão.....	417
29.4.1. Erro de proibição.....	417
29.4.1.1. Introdução.....	417
29.4.1.2. Desconhecimento da lei ( <i>ignorantia legis</i> ).....	417

29.4.1.3.	Conceito de erro de proibição.....	418
29.4.1.4.	Efeitos: escusável e inescusável.....	418
29.4.1.5.	Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição.....	419
29.4.1.6.	Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental.....	420
29.4.1.7.	Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição.....	421
29.4.1.8.	Diferença entre erro de tipo e erro de proibição..	421
29.4.1.9.	O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato .....	421
<b>CAPÍTULO 30 – EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA .....</b>		<b>423</b>
30.1.	Conceito .....	423
30.2.	Causas supralegais de exclusão da culpabilidade .....	423
30.2.1.	Origem histórica.....	423
30.2.2.	Situação atual: admissibilidade e fundamentos.....	424
30.3.	Coação moral irresistível.....	425
30.3.1.	Dispositivo legal e incidência.....	425
30.3.2.	Fundamento.....	425
30.3.3.	Requisitos.....	426
30.3.4.	Efeitos .....	426
30.3.5.	Temor reverencial.....	427
30.4.	Obediência hierárquica.....	427
30.4.1.	Dispositivo legal.....	427
30.4.2.	Conceito .....	427
30.4.3.	Fundamentos .....	428
30.4.4.	Requisitos.....	428
30.4.5.	Efeitos .....	429
<b>CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS.....</b>		<b>431</b>
31.1.	Tratamento legislativo.....	431
31.2.	Denominação.....	431
31.3.	Conceito .....	431
31.4.	Requisitos .....	431
31.4.1.	Pluralidade de agentes culpáveis .....	431
31.4.2.	Relevância causal das condutas para a produção do resultado .....	433
31.4.3.	Vínculo subjetivo .....	433

31.4.4.	Unidade de infração penal para todos os agentes .....	434
31.4.5.	Existência de fato punível.....	435
31.5.	Autoria.....	436
31.5.1.	Teorias.....	436
31.5.2.	Teoria adotada pelo Código Penal.....	438
31.6.	Punibilidade no concurso de pessoas.....	439
31.7.	Cooperação dolosamente distinta.....	440
31.8.	Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação.....	441
31.8.1.	Coautoria.....	441
31.8.1.1.	Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria.....	442
31.8.1.2.	O executor de reserva .....	442
31.8.1.3.	Coautoria sucessiva.....	443
31.8.1.4.	Coautoria em crimes omissivos.....	443
31.8.1.5.	A autoria mediata.....	444
31.8.1.6.	Autoria por determinação .....	445
31.8.1.7.	Autoria de escritório.....	446
31.8.1.8.	A teoria do domínio da organização .....	447
31.8.1.9.	Autoria por convicção .....	447
31.8.2.	Participação.....	448
31.8.2.1.	Espécies .....	448
31.8.2.2.	Punição do partícipe: teorias da acessoriedade... ..	449
31.8.2.3.	Participação de menor importância.....	451
31.8.2.4.	Participação impunível .....	452
31.8.2.5.	Participação por omissão .....	453
31.8.2.6.	Conivência .....	453
31.8.2.7.	Participação sucessiva.....	453
31.8.2.8.	Participação em cadeia ou participação da participação .....	453
31.8.2.9.	Participação em ação alheia.....	453
31.9.	Circunstâncias incommunicáveis: o art. 30 do Código Penal.....	454
31.9.1.	Distinção entre elementares e circunstâncias.....	454
31.9.2.	Espécies de elementares e de circunstâncias.....	455
31.9.3.	Condições de caráter pessoal .....	455
31.9.4.	As regras do art. 30 do Código Penal.....	455
31.9.5.	Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio.....	456
31.10.	O excesso no mandato criminal.....	457



31.11. Questões diversas.....	457
31.11.1. Autoria colateral .....	457
31.11.2. Autoria incerta .....	457
31.11.3. Autoria desconhecida.....	458
31.12. Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....	459
31.12.1. Denúncia geral <i>versus</i> processo penal <i>kafkiano</i> (“criptoimputação”) .....	460
31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos .....	461
31.13.1. Coautoria e crimes culposos .....	461
31.13.2. Participação e crimes culposos.....	462

### PARTE III

#### TEORIA GERAL DA PENA

<b>CAPÍTULO 32 – PENA: ASPECTOS GERAIS.....</b>	<b>465</b>
32.1. Sanção penal.....	465
32.2. Conceito .....	465
32.3. Princípios.....	466
32.4. Teorias e finalidades.....	468
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva.....	468
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas .....	469
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção.....	471
32.4.4. Teoria agnóstica.....	472
32.5. Função social da pena .....	472
32.6. Fundamentos da pena.....	473
32.7. Cominação das penas .....	474
32.8. Classificação das penas.....	475
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena... ..	475
32.8.2. Quanto ao critério constitucional.....	475
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal .....	476
32.9. Abolicionismo penal .....	476
32.10. Justiça restaurativa.....	478
32.11. Justiça penal negociada .....	480
32.12. Teoria das janelas quebradas (“ <i>broken windows theory</i> ”).....	480
<b>CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>483</b>
33.1. Conceito .....	483

33.2. Espécies.....	483
33.3. Regimes penitenciários.....	483
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	483
33.4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados.....	484
33.4.2. Tráfico de drogas privilegiado e Lei dos Crimes Hediondos....	486
33.5. Competência para execução da pena privativa de liberdade.....	489
33.6. Jurisdicionalização da execução penal.....	489
33.6.1. Diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros.....	489
33.7. Pena de reclusão.....	489
33.8. Pena de detenção.....	491
33.9. Pena de prisão simples.....	491
33.10. Diferenças entre reclusão e detenção.....	492
33.11. Pena-base aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso.....	492
33.12. Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória.....	493
33.13. Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves.....	493
33.14. Progressão de regime prisional.....	493
33.14.1. Progressão especial para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.....	499
33.14.2. Proibição da progressão “por saltos”.....	500
33.14.3. Progressão e crimes contra a Administração Pública.....	501
33.14.4. Progressão e crimes hediondos ou equiparados.....	502
33.14.5. Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo (ou equiparado) e crime comum....	504
33.14.6. Progressão e nova condenação.....	506
33.14.7. Processamento do pedido de progressão.....	506
33.14.8. Progressão e prática de falta grave.....	507
33.14.9. Progressão e <i>habeas corpus</i> .....	509
33.14.10. Progressão de regime, organização criminosa e manutenção do agrupamento ilícito.....	509
33.14.11. Progressão de regime, colaboração premiada e Lei do Crime Organizado.....	509
33.14.12. Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite.....	510
33.14.13. Progressão de regime e prisão em unidade militar.....	510

33.14.14. Progressão de regime e cumprimento da pena em penitenciária federal de segurança máxima.....	510
33.14.15. Progressão de regime, custódia cautelar e termo inicial .....	511
33.15. Regressão.....	511
33.15.1. Regressão “por saltos”.....	514
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória .....	514
33.15.3. Regressão cautelar .....	514
33.16. Execução provisória .....	515
33.16.1. Execução provisória de réu preso .....	515
33.16.2. Execução provisória de réu solto .....	516
33.16.2.1. Introdução.....	516
33.16.2.2. A execução provisória da pena no direito comparado.....	518
33.16.2.3. A relatividade da presunção de inocência.....	518
33.16.2.4. Presunção de inocência <i>versus</i> efetividade da Justiça penal .....	519
33.16.2.5. As vantagens proporcionadas pela execução provisória .....	521
33.16.2.6. Análise do art. 283 do Código de Processo Penal .....	522
33.16.3. Execução provisória de pena e desaforamento.....	523
33.16.4. Execução provisória e prisão especial .....	524
33.16.5. Execução provisória e Tribunal do Júri .....	524
33.16.5.1. Direito intertemporal.....	526
33.17. Autorizações de saída .....	527
33.17.1. Permissão de saída .....	527
33.17.2. Saída temporária.....	527
33.17.2.1. Saída temporária e monitoração eletrônica.....	529
33.17.2.2. Saídas temporárias automatizadas.....	530
33.18. Regras do regime fechado.....	531
33.18.1. Local de cumprimento da pena.....	533
33.18.2. Estabelecimentos penais de segurança máxima.....	534
33.18.2.1. Juízos colegiados.....	536
33.18.2.2. Líderes de organizações criminosas.....	536
33.18.3. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	537
33.19. Regras do regime semiaberto.....	541
33.19.1. Falta de colônia agrícola ou industrial e cumprimento da pena em estabelecimento adequado.....	541

33.19.2. Regime semiaberto e recurso da defesa.....	542
33.19.3. Pandemia causada pela Covid-19, suspensão temporária do trabalho externo e prisão domiciliar .....	542
33.20. Regras do regime aberto .....	544
33.20.1. Regime aberto e prestação de serviços à comunidade.....	545
33.20.2. Legislação local .....	545
33.20.3. Prisão albergue domiciliar .....	545
33.20.3.1. Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar: distinção .....	547
33.20.3.2. Gestantes e mães presas preventivamente e substituição por prisão domiciliar: <i>habeas corpus</i> coletivo e arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal .....	547
33.20.3.3. Prisão domiciliar e monitoração eletrônica .....	549
33.20.3.4. Monitoração eletrônica e Resolução CNPCP 05/2017 .....	549
33.20.4. Regime aberto e crimes militares.....	549
33.21. A Súmula Vinculante 56: aplicabilidade aos regimes semiaberto e aberto.....	550
33.22. Tabela comparativa entre os regimes.....	551
33.23. Regime especial.....	552
33.23.1. Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos .....	552
33.23.2. Proibição (ou não) de revista íntima.....	553
33.24. Direitos do preso .....	554
33.24.1. A questão da visita íntima.....	555
33.24.2. Visita social.....	556
33.24.3. Limitação ao uso de algemas .....	556
33.24.3.1. Uso de algemas pela polícia para apresentação do preso à imprensa .....	559
33.24.4. A separação dos presos nos estabelecimentos penais .....	560
33.24.5. Obras emergenciais em presídios: a reserva do possível e a separação dos Poderes do Estado.....	560
33.24.6. Superlotação carcerária e responsabilidade civil do Estado ...	562
33.24.7. Cumprimento da pena em condições degradantes e cômputo da pena em dobro .....	563
33.25. Trabalho do preso.....	565
33.25.1. A remuneração do trabalho do preso .....	565
33.25.2. Política Nacional de Trabalho no sistema prisional .....	566
33.26. Legislação especial.....	566
33.27. Remição .....	566

33.27.1. Remição pelo trabalho.....	567
33.27.2. Remição pelo estudo.....	569
33.27.3. Regras comuns à remição.....	573
33.27.4. Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo.....	574
33.27.5. Falta grave e perda dos dias remidos.....	575
33.27.6. Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal.....	578
33.28. Detração penal.....	579
33.28.1. Detração penal e medidas cautelares.....	580
33.28.2. Competência para aplicação da detração penal e reflexos no regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	581
33.28.3. Detração penal e penas restritivas de direitos.....	582
33.28.4. Detração penal e pena de multa.....	582
33.28.5. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade ( <i>sursis</i> ).....	582
33.28.6. Detração penal e prescrição.....	582
33.28.7. Detração penal e prisão provisória em outro processo.....	583
<b>CAPÍTULO 34 – APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....</b>	<b>585</b>
34.1. Conceito.....	585
34.2. Pressuposto.....	585
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena.....	586
34.4. Elementares e circunstâncias.....	587
34.4.1. Classificação das circunstâncias.....	587
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena.....	587
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras.....	588
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena.....	588
34.8. O critério trifásico.....	589
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena-base.....	591
34.9.1. Culpabilidade.....	593
34.9.2. Antecedentes.....	595
34.9.3. Conduta social.....	597
34.9.4. Personalidade do agente.....	598
34.9.5. Motivos do crime.....	599
34.9.6. Circunstâncias do crime.....	600
34.9.7. Consequências do crime.....	601
34.9.8. Comportamento da vítima.....	602

34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: atenuantes e agravantes.....	602
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP) .....	604
34.10.1.1. Introdução.....	604
34.10.1.2. Conceito.....	606
34.10.1.3. Requisitos.....	606
34.10.1.4. Natureza jurídica .....	609
34.10.1.5. Prova da reincidência .....	609
34.10.1.6. Espécies .....	610
34.10.1.7. Validade da condenação anterior para fins de reincidência.....	611
34.10.1.8. Extinção da punibilidade do crime anterior.....	611
34.10.1.9. Terminologias: reincidente, primário e técnica- mente primário .....	612
34.10.1.10. Efeitos da reincidência .....	612
34.10.1.11. Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência.....	613
34.10.1.12. Reincidência e maus antecedentes .....	614
34.10.1.13. Reconhecimento equivocado da reincidência, prejuízo ao réu e indenização pelo erro judi- ciário .....	615
34.10.1.14. Falta de reconhecimento da reincidência pelo juízo da condenação e proclamação pelo juízo da execução para fins de benefícios .....	616
34.10.2. Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP).....	617
34.10.2.1. Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”).....	617
34.10.2.2. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”).....	618
34.10.2.3. À traição, de emboscada, ou mediante dissimu- lação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”).....	618
34.10.2.4. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”).....	618
34.10.2.5. Contra descendente, ascendente, irmão ou côn- juge (alínea “e”).....	619
34.10.2.6. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”) .....	619

34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”).....	620
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”) .....	621
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”).....	622
34.10.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”).....	622
34.10.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (alínea “l”).....	622
34.10.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP).....	622
34.10.3.1.	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)..	623
34.10.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II).....	624
34.10.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III) .....	624
34.10.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..	624
34.10.4.	Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP).....	625
34.10.4.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I).....	625
34.10.4.2.	O desconhecimento da lei (inciso II).....	626
34.10.4.3.	Ter o agente (inciso III).....	626
34.10.4.4.	Atenuantes inominadas (art. 66 do CP).....	631
34.10.5.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	632
34.10.5.1.	Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	632
34.10.5.2.	Concurso entre promessa de recompensa e confissão espontânea.....	633
34.10.5.3.	Concurso entre dissimulação e confissão espontânea.....	634
34.10.5.4.	Concurso entre confissão espontânea e qualificadora deslocada para a segunda fase da dosimetria da pena.....	634

34.11. A terceira fase da dosimetria da pena: causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes) .....	635
<b>CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....</b>	<b>639</b>
35.1. Conceito .....	639
35.2. Espécies.....	640
35.3. Natureza jurídica.....	640
35.4. Duração das penas restritivas de direitos .....	641
35.5. Requisitos .....	642
35.5.1. Requisitos objetivos.....	642
35.5.2. Requisitos subjetivos.....	645
35.6. Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos .....	646
35.6.1. A problemática relacionada ao tráfico de drogas.....	646
35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	647
35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares.....	649
35.9. Momento da substituição.....	649
35.10. Regras da substituição .....	650
35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	650
35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva .....	651
35.11.2. Impossibilidade de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade a pedido do réu.....	652
35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	653
35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos.....	654
35.13.1. Penas restritivas de direitos e execução provisória.....	654
35.14. Política Nacional de Alternativas Penais.....	655
35.15. Penas restritivas de direitos em espécie .....	655
35.15.1. Classificação.....	655
35.15.2. Prestação pecuniária .....	655
35.15.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções ...	658
35.15.3. Perda de bens e valores .....	659
35.15.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções .....	660
35.15.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	660



35.15.4.1.	Execução da prestação de serviços à comunidade .....	661
35.15.4.2.	Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados .....	661
35.15.4.3.	Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais .....	662
35.15.4.4.	Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade .....	662
35.15.4.5.	Prestação de serviços à comunidade e crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.....	662
35.15.5.	Interdição temporária de direitos.....	663
35.15.5.1.	Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.	663
35.15.5.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	664
35.15.5.3.	Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	664
35.15.5.4.	Proibição de frequentar determinados lugares ..	665
35.15.5.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	666
35.15.6.	Limitação de fim de semana .....	666

## **CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA .....** **669**

36.1.	Conceito .....	669
36.2.	Fundo Penitenciário .....	669
36.3.	Critério adotado para a pena de multa.....	669
36.3.1.	Crimes em licitações e contratos administrativos .....	670
36.4.	Aplicação da pena de multa.....	671
36.5.	Valor ineficaz da pena de multa.....	672
36.6.	Multa excessiva.....	672
36.7.	Multa irrisória .....	672
36.8.	Pagamento voluntário da multa.....	673
36.9.	Execução da pena de multa.....	673
36.9.1.	Cumprimento da pena privativa de liberdade, inadimplemento da pena de multa e reflexos jurídicos .....	675
36.10.	Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa.....	677
36.11.	Pena de multa e <i>habeas corpus</i> .....	677
36.12.	Multa e correção monetária .....	677
36.13.	Suspensão da execução da multa .....	678

36.14. Multa substitutiva .....	678
36.15. Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça .....	678
36.16. Pena de multa na Lei de Drogas.....	678
36.17. Pena de multa e violência doméstica e familiar contra a mulher .....	680
<b>CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES .....</b>	<b>681</b>
37.1. Conceito .....	681
37.2. Espécies.....	681
37.3. Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes.....	681
37.3.1. Sistema do cúmulo material.....	681
37.3.2. Sistema da exasperação .....	681
37.3.3. Sistema da absorção.....	681
37.4. Concurso material .....	682
37.4.1. Conceito e dispositivo legal.....	682
37.4.2. Espécies .....	683
37.4.3. Momento adequado para a soma das penas.....	683
37.4.4. Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção .....	683
37.4.5. Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos .....	683
37.4.6. Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos .....	684
37.4.7. Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995).....	684
37.5. Concurso formal.....	684
37.5.1. Conceito e dispositivo legal.....	684
37.5.2. Espécies .....	685
37.5.2.1. Homogêneo e heterogêneo .....	685
37.5.2.2. Perfeito e imperfeito .....	685
37.5.3. Teorias sobre o concurso formal.....	685
37.5.4. Aplicação da pena no concurso formal .....	686
37.5.5. Concurso material benéfico.....	687
37.6. Crime continuado.....	687
37.6.1. Conceito e dispositivo legal.....	687
37.6.2. Origem histórica.....	688
37.6.3. Natureza jurídica .....	688
37.6.4. Requisitos do crime continuado.....	689
37.6.4.1. Pluralidade de condutas.....	689
37.6.4.2. Pluralidade de crimes da mesma espécie .....	689

37.6.4.3.	Conexão temporal.....	690
37.6.4.4.	Conexão espacial.....	690
37.6.4.5.	Conexão modal.....	690
37.6.4.6.	Conexão ocasional.....	691
37.6.4.7.	Crime continuado e unidade de desígnio.....	691
37.6.5.	Espécies de crime continuado e dosimetria da pena.....	692
37.6.6.	Concurso material benéfico.....	694
37.6.7.	Crime continuado e conflito de leis no tempo.....	694
37.6.8.	Crime continuado e prescrição.....	694
37.6.9.	Crime continuado e suspensão condicional do processo.....	695
37.6.10.	Crime continuado e crime habitual: diferenças.....	695
37.7.	Multa no concurso de crimes.....	695
37.8.	Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes.....	696
37.8.1.	Concurso de crimes moderado ou limitado.....	696
37.8.2.	Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos.....	696
37.8.3.	Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais.....	697
37.8.4.	Concurso entre crimes e contravenções penais.....	697
<b>CAPÍTULO 38 – LIMITE DAS PENAS.....</b>		<b>699</b>
38.1.	Introdução.....	699
38.2.	Fundamentos.....	699
38.3.	Unificação de penas.....	700
38.4.	Competência para unificação das penas.....	701
38.5.	Nova condenação e unificação das penas.....	701
38.6.	Fuga do réu e cumprimento da pena unificada.....	701
<b>CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....</b>		<b>703</b>
39.1.	Origem histórica.....	703
39.2.	Sistemas.....	703
39.3.	Conceito.....	704
39.4.	Natureza jurídica.....	704
39.4.1.	Política Nacional de Alternativas Penais.....	704
39.5.	Requisitos.....	705
39.5.1.	Requisitos objetivos.....	705
39.5.2.	Requisitos subjetivos.....	706
39.6.	Momento adequado para concessão do <i>sursis</i> .....	707

39.7. Espécies de <i>sursis</i> .....	707
39.8. Condições.....	708
39.9. <i>Sursis</i> incondicionado .....	708
39.10. Período de prova .....	709
39.11. Fiscalização das condições impostas durante o período de prova.....	709
39.12. Revogação.....	710
39.12.1. Revogação obrigatória.....	710
39.12.2. Revogação facultativa.....	711
39.12.3. Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional.....	712
39.13. Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado.....	712
39.14. Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecurável por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova.....	713
39.15. Cassação do <i>sursis</i> .....	713
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos .....	714
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos.....	714
39.18. Prorrogação do período de prova .....	714
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício .....	715
39.20. Extinção da pena .....	715
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados.....	716
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiro .....	716
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	717
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	717
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal .....	717
39.26. <i>Sursis</i> e indulto.....	717
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário.....	718
<b>CAPÍTULO 40 - LIVRAMENTO CONDICIONAL.....</b>	<b>719</b>
40.1. Evolução histórica.....	719
40.2. Conceito .....	719
40.3. Natureza jurídica.....	720
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i> .....	720
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional.....	721
40.6. Egresso .....	722
40.7. Requisitos .....	722
40.7.1. Requisitos objetivos.....	722
40.7.2. Requisitos subjetivos .....	725

40.8.	Rito do livramento condicional .....	727
40.9.	Condições.....	729
40.10.	Revogação do livramento condicional.....	730
40.10.1.	Revogação obrigatória.....	730
40.10.1.1.	Inciso I .....	731
40.10.1.2.	Inciso II.....	732
40.10.2.	Revogação facultativa.....	733
40.11.	Suspensão do livramento condicional .....	734
40.12.	Prorrogação do período de prova .....	735
40.13.	Extinção da pena .....	736
40.14.	Questões diversas sobre livramento condicional.....	736
40.14.1.	Livramento condicional insubsistente.....	736
40.14.2.	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	<b>737</b>
40.14.3.	Livramento condicional humanitário .....	737
40.14.4.	Livramento condicional cautelar.....	737
40.14.5.	Livramento condicional para estrangeiro .....	737
40.14.6.	Livramento condicional e Lei do Crime Organizado.....	738
40.14.7.	Livramento condicional e limite de cumprimento da pena....	738
<b>CAPÍTULO 41 – EFEITOS DA CONDENÇÃO.....</b>		<b>741</b>
41.1.	Introdução.....	741
41.2.	Pressuposto .....	741
41.3.	Divisão dos efeitos da condenação .....	742
41.3.1.	Efeitos principais .....	742
41.3.2.	Efeitos secundários.....	742
41.3.2.1.	Efeitos secundários de natureza penal .....	742
41.3.2.2.	Efeitos secundários de natureza extrapenal previstos no Código Penal .....	743
41.4.	Efeitos da condenação previstos fora do Código Penal.....	754
41.4.1.	Abuso de autoridade .....	754
41.4.2.	Suspensão dos direitos políticos .....	754
41.4.3.	Rescisão contratual na Justiça do Trabalho.....	755
41.4.4.	Lei de Falências.....	755
41.4.5.	Lei de Tortura .....	755
41.4.6.	Lei de Drogas.....	756
41.4.7.	Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor.....	756
41.4.8.	Lavagem de capitais .....	756
41.4.9.	Crime organizado.....	757

41.4.10. Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.....	757
41.5. Quadro esquemático .....	758
<b>CAPÍTULO 42 – REABILITAÇÃO.....</b>	<b>759</b>
42.1. Conceito .....	759
42.2. Origem histórica .....	759
42.3. Natureza jurídica.....	759
42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal.....	760
42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final .....	760
42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único .....	760
42.4.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	760
42.4.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela .....	761
42.4.2.3. Inabilitação para dirigir veículo .....	761
42.5. Reabilitação e reincidência.....	761
42.6. Pressuposto e requisitos da reabilitação .....	762
42.6.1. Pressuposto .....	762
42.6.2. Requisitos .....	762
42.6.2.1. Requisitos objetivos.....	762
42.6.2.2. Requisitos subjetivos.....	764
42.7. Pedido de reabilitação.....	764
42.8. Revogação da reabilitação .....	765
42.9. Reabilitação e <i>habeas corpus</i> .....	765
<b>CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA.....</b>	<b>767</b>
43.1. Conceito .....	767
43.2. Distinções entre pena e medida de segurança.....	767
43.3. Princípios das medidas de segurança .....	768
43.3.1. Legalidade .....	768
43.3.2. Anterioridade .....	768
43.3.3. Jurisdicionalidade .....	768
43.4. Requisitos para aplicação .....	768
43.5. Conceito de periculosidade .....	769
43.6. Espécies de periculosidade.....	770
43.7. Aplicação da medida de segurança.....	770

43.8. Espécies de medidas de segurança.....	771
43.9. Prazo mínimo da medida de segurança.....	773
43.10. Prazo máximo da medida de segurança.....	773
43.11. Execução das medidas de segurança.....	774
43.12. Medida de segurança provisória ou preventiva.....	776
43.13. Conversão do tratamento ambulatorial para internação.....	776
43.14. Desinternação progressiva.....	777
43.15. Conversão da pena em medida de segurança.....	777
43.16. Direitos do internado.....	778
43.17. Medidas de segurança na Lei de Drogas.....	779
43.18. Adolescente infrator e medidas de segurança.....	779
<b>CAPÍTULO 44 – AÇÃO PENAL.....</b>	<b>781</b>
44.1. Introdução.....	781
44.2. Conceito.....	781
44.3. Características.....	781
44.4. Classificação da ação penal.....	782
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada.....	782
44.4.2. Divisão subjetiva.....	782
44.5. Condições da ação penal.....	782
44.5.1. Condições genéricas.....	782
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	783
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir.....	783
44.5.1.3. Interesse processual.....	784
44.5.1.4. Justa causa.....	784
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade.....	785
44.6. Ação penal pública.....	786
44.6.1. Princípios.....	787
44.6.2. Ação penal pública incondicionada.....	788
44.6.3. Ação penal pública condicionada.....	789
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica.....	789
44.6.3.2. Representação do ofendido.....	789
44.7. Ação penal privada.....	794
44.7.1. Prazo.....	794
44.7.2. Princípios.....	794
44.7.3. Espécies.....	796

44.7.3.1.	Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita .....	796
44.7.3.2.	Ação penal privada personalíssima.....	796
44.7.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	797
44.7.3.4.	Ação penal privada concorrente.....	797
44.8.	Ação penal nos crimes complexos .....	798
44.9.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	798
44.10.	Ação penal e crime de lesão corporal praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher .....	799

## **CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE..... 803**

45.1.	Introdução.....	803
45.2.	O art. 107 do Código Penal .....	803
45.3.	Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação .....	804
45.4.	Efeitos.....	805
45.5.	Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos ..	806
45.6.	Análise do art. 107 do Código Penal .....	806
45.6.1.	Morte do agente (inciso I).....	806
45.6.1.1.	Extinção da pessoa jurídica, crimes ambientais e princípio da personalidade da pena .....	808
45.6.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	808
45.6.2.1.	Anistia .....	808
45.6.2.2.	Graça.....	809
45.6.2.3.	Indulto .....	810
45.6.3.	<i>Abolitio criminis</i> (inciso III) .....	814
45.6.4.	Prescrição, decadência e perempção (inciso IV).....	815
45.6.4.1.	Prescrição.....	815
45.6.4.2.	Decadência.....	815
45.6.4.3.	Perempção.....	816
45.6.5.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V) .....	818
45.6.5.1.	Renúncia ao direito de queixa .....	818
45.6.5.2.	Perdão aceito .....	819
45.6.6.	Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI) .....	820
45.6.7.	Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005.....	821
45.6.8.	Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....	821
45.6.9.	Perdão judicial (inciso IX).....	821



45.6.9.1.	Introdução.....	821
45.6.9.2.	Natureza jurídica .....	822
45.6.9.3.	Aplicabilidade.....	822
45.6.9.4.	Incomunicabilidade.....	823
45.6.9.5.	Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .....	824
45.6.9.6.	Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias.....	825
45.6.9.7.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .....	825
<b>CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO .....</b>		<b>827</b>
46.1.	Introdução.....	827
46.2.	Origem histórica .....	828
46.3.	Conceito .....	828
46.4.	Fundamentos .....	828
46.5.	Natureza jurídica.....	829
46.6.	Alocação .....	829
46.7.	Imprescritibilidade penal.....	830
46.7.1.	Injúria racial <i>versus</i> racismo: o entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	832
46.8.	Diferenças entre prescrição e decadência .....	833
46.9.	Espécies de prescrição .....	833
46.9.1.	Introdução.....	833
46.9.2.	Efeitos da prescrição e competência para sua declaração ....	834
46.10.	Prescrição da pena privativa de liberdade.....	835
46.10.1.	Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....	835
46.10.1.1.	Dispositivo legal.....	835
46.10.1.2.	Fundamento.....	836
46.10.1.3.	Cálculo.....	836
46.10.1.4.	Termo inicial .....	841
46.10.1.5.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências .....	845
46.10.1.6.	Causas interruptivas.....	845
46.10.1.7.	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	849
46.10.1.8.	Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares .....	850

46.10.1.9.	Causas impeditivas.....	850
46.10.1.10.	Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal.....	852
46.10.1.11.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal .....	852
46.10.1.12.	Recurso extraordinário com repercussão geral, suspensão dos processos pendentes em todo o território nacional e suspensão da prescrição ..	853
46.10.2.	Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente.....	856
46.10.2.1.	Conceito.....	856
46.10.2.2.	Cálculo.....	856
46.10.2.3.	Termo inicial .....	856
46.10.2.4.	Motivos para sua ocorrência.....	857
46.10.2.5.	Momento adequado para o seu reconhecimento .....	857
46.10.2.6.	Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação .....	857
46.10.3.	Prescrição retroativa.....	858
46.10.3.1.	Origem.....	858
46.10.3.2.	Cálculo.....	858
46.10.3.3.	Termo inicial .....	859
46.10.3.4.	Momento adequado para o seu reconhecimento.....	861
46.10.4.	Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação.....	861
46.10.4.1.	Conceito .....	861
46.10.4.2.	Forma de contagem .....	861
46.10.4.3.	Termo inicial .....	862
46.10.4.4.	Causas interruptivas.....	864
46.10.4.5.	Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória .....	865
46.10.4.6.	Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória.....	865
46.10.4.7.	Prescrição da pretensão executória e indulto ....	866
46.10.5.	Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva.....	866
46.11.	Prescrição das penas restritivas de direitos .....	868
46.12.	Prescrição e detração penal.....	869
46.13.	Prescrição das medidas de segurança.....	870

46.14. Prescrição e absorção de penas.....	870
46.15. Prescrição no concurso de crimes.....	871
46.16. Prescrição da pena de multa.....	872
46.17. Prescrição na legislação penal especial.....	873
46.17.1. Lei de Drogas – Lei 11.343/2006 .....	873
46.17.2. Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....	874
46.17.3. Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	874
46.18. Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar.....	875
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>877</b>

CLEBER  
MASSON

**17<sup>a</sup>**  
edição | revista,  
atualizada e  
ampliada

# DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL (ARTS. 121 A 212)



EDITORA  
MÉTODO

2

- O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 15.01.2024
- O Autor e a editora se empenham para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2024 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

M372d  
17. ed.  
v. 2

Masson, Cleber

Direito penal : parte especial (arts. 121 a 212) / Cleber Masson. - 17. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro : Método, 2024.  
816 p. ; 23 cm. (Direito penal ; 2)

Sequência de: Direito penal : parte geral (arts. 1º a 120)  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5964-951-8

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título. II. Série.

23-87271

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

# SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL...</b>	
I. Divisão do Código Penal em partes.....	
II. Precedência histórica da Parte Especial.....	1
III. Importância da Parte Especial.....	2
IV. Título do crime.....	2
V. Apresentação da Parte Especial.....	2
VI. A divisão da Parte Especial do Código Penal.....	4
<b>CAPÍTULO 1 – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA.....</b>	<b>7</b>
1.1. Dos crimes contra a vida.....	7
1.1.1. Fundamento constitucional.....	7
1.1.2. Crimes contra a vida: espécies, competência e ação penal..	8
1.1.3. Art. 121 – Homicídio.....	9
1.1.3.1. Dispositivo legal.....	9
1.1.3.2. Estrutura do tipo penal.....	10
1.1.3.3. Homicídio simples.....	11
1.1.3.4. Homicídio privilegiado.....	17
1.1.3.5. Homicídio qualificado: art. 121, § 2.º.....	23
1.1.3.6. Causas de aumento da pena no homicídio doloso: art. 121, § 4.º, 2.ª parte, e art. 121, § 6.º.....	59
1.1.3.7. Homicídio culposo: art. 121, § 3.º.....	61
1.1.4. Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.....	67
1.1.4.1. Dispositivo legal.....	67
1.1.4.2. Introdução e análise crítica.....	68
1.1.4.3. Conceito de suicídio e de automutilação.....	69
1.1.4.4. Nome do delito.....	69
1.1.4.5. Objetividade jurídica.....	70
1.1.4.6. Objeto material.....	70
1.1.4.7. Núcleos do tipo.....	70
1.1.4.8. Sujeito ativo.....	71
1.1.4.9. Sujeito passivo.....	71

1.1.4.10.	Elemento subjetivo.....	72
1.1.4.11.	Consumação.....	72
1.1.4.12.	Tentativa.....	73
1.1.4.13.	Pacto de morte.....	74
1.1.4.14.	Roleta-russa e duelo americano.....	74
1.1.4.15.	Classificação doutrinária.....	74
1.1.4.16.	Causas de aumento de pena: §§ 3.º a 5.º.....	75
1.1.5.	Art. 123 Infanticídio.....	77
1.1.5.1.	Dispositivo legal.....	77
1.1.5.2.	Conceito.....	77
1.1.5.3.	Objetividade jurídica.....	78
1.1.5.4.	Objeto material.....	78
1.1.5.5.	Sujeito ativo.....	78
1.1.5.6.	Sujeito passivo.....	79
1.1.5.7.	Elemento subjetivo.....	80
1.1.5.8.	Influência do estado puerperal: conceito e prova.....	80
1.1.5.9.	Elemento temporal: “logo após o parto”.....	81
1.1.5.10.	Consumação.....	81
1.1.5.11.	Tentativa.....	81
1.1.5.12.	Classificação doutrinária.....	82
1.1.6.	Arts. 124 a 128 – Aborto.....	82
1.1.6.1.	Noções introdutórias.....	82
1.1.6.2.	Aborto criminoso.....	84
1.1.6.3.	Crimes em espécie.....	87
1.1.6.4.	Aborto legal ou permitido: art. 128.....	93
1.1.6.5.	Aborto eugênico ou eugenésico.....	96
1.1.6.6.	O tratamento jurídico-penal da anencefalia e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal...	97
1.1.6.7.	A questão da microcefalia.....	99
1.1.6.8.	Aborto econômico, miserável ou social.....	102
1.2.	Das lesões corporais.....	102
1.2.1.	Dispositivo legal.....	102
1.2.2.	Estrutura do crime.....	104
1.2.3.	Noções gerais.....	105
1.2.3.1.	Conceito de lesão corporal.....	105
1.2.3.2.	Objetividade jurídica.....	105
1.2.3.3.	Objeto material.....	105
1.2.3.4.	Núcleo do tipo.....	105
1.2.3.5.	Sujeito ativo.....	106
1.2.3.6.	Sujeito passivo.....	106

	1.2.3.7.	Elemento subjetivo.....	106
	1.2.3.8.	Consumação.....	106
	1.2.3.9.	Tentativa.....	106
	1.2.3.10.	Classificação doutrinária.....	106
	1.2.3.11.	Outras observações.....	107
1.2.4.	Art. 129 –	Lesão corporal dolosa.....	109
	1.2.4.1.	Lesão corporal leve.....	109
	1.2.4.2.	Lesão corporal de natureza grave em sentido amplo.....	110
	1.2.4.3.	Lesão corporal seguida de morte: § 3.º.....	120
	1.2.4.4.	Lesão corporal dolosa privilegiada: causa de diminuição de pena (art. 129, § 4.º).....	121
	1.2.4.5.	Lesões corporais leves e substituição da pena: § 5.º.....	121
	1.2.4.6.	Aumento de pena na lesão corporal dolosa: § 7.º..	122
	1.2.4.7.	Lesão corporal culposa: § 6.º.....	122
	1.2.4.8.	Lesão corporal e violência doméstica: § 9.º.....	124
1.3.	Da periclitación da vida e da saúde.....		132
	1.3.1.	Art. 130 – Perigo de contágio venéreo.....	133
	1.3.1.1.	Dispositivo legal.....	133
	1.3.1.2.	Espécies criminosas.....	133
	1.3.1.3.	Objetividade jurídica.....	133
	1.3.1.4.	Objeto material.....	134
	1.3.1.5.	Núcleo do tipo.....	134
	1.3.1.6.	Sujeito ativo.....	134
	1.3.1.7.	Sujeito passivo.....	134
	1.3.1.8.	Elemento subjetivo.....	135
	1.3.1.9.	Consumação.....	135
	1.3.1.10.	Tentativa.....	137
	1.3.1.11.	Concurso de crimes.....	137
	1.3.1.12.	Ação penal.....	137
	1.3.1.13.	Lei 9.099/1995.....	137
	1.3.1.14.	Classificação doutrinária.....	137
1.3.2.	Art. 131 –	Perigo de contágio de moléstia grave.....	138
	1.3.2.1.	Dispositivo legal.....	138
	1.3.2.2.	Objetividade jurídica.....	138
	1.3.2.3.	Objeto material.....	138
	1.3.2.4.	Núcleo do tipo.....	138
	1.3.2.5.	Sujeito ativo.....	139
	1.3.2.6.	Sujeito passivo.....	139



	1.3.2.7.	Elemento subjetivo.....	139
	1.3.2.8.	Consumação.....	139
	1.3.2.9.	Tentativa.....	140
	1.3.2.10.	Concurso de crimes.....	140
	1.3.2.11.	Ação penal.....	140
	1.3.2.12.	Lei 9.099/1995.....	140
	1.3.2.13.	Classificação doutrinária.....	140
1.3.3.	Art. 132	– Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	141
	1.3.3.1.	Dispositivo legal.....	141
	1.3.3.2.	Objetividade jurídica.....	141
	1.3.3.3.	Objeto material.....	141
	1.3.3.4.	Núcleo do tipo.....	141
	1.3.3.5.	Sujeito ativo.....	142
	1.3.3.6.	Sujeito passivo.....	142
	1.3.3.7.	Elemento subjetivo.....	142
	1.3.3.8.	Consumação.....	142
	1.3.3.9.	Tentativa.....	142
	1.3.3.10.	Subsidiariedade expressa.....	142
	1.3.3.11.	Lei 9.099/1995.....	143
	1.3.3.12.	Causa de aumento de pena.....	143
	1.3.3.13.	Ação penal.....	143
	1.3.3.14.	Estatuto da Pessoa Idosa.....	143
	1.3.3.15.	Classificação doutrinária.....	144
1.3.4.	Art. 133	– Abandono de incapaz.....	144
	1.3.4.1.	Dispositivo legal.....	144
	1.3.4.2.	Espécies criminosas.....	145
	1.3.4.3.	Objetividade jurídica.....	145
	1.3.4.4.	Objeto material.....	145
	1.3.4.5.	Núcleo do tipo.....	145
	1.3.4.6.	Sujeito ativo.....	146
	1.3.4.7.	Sujeito passivo.....	146
	1.3.4.8.	Elemento subjetivo.....	147
	1.3.4.9.	Consumação.....	147
	1.3.4.10.	Tentativa.....	147
	1.3.4.11.	Classificação doutrinária.....	147
	1.3.4.12.	Ação penal.....	147
	1.3.4.13.	Lei 9.099/1995.....	147
	1.3.4.14.	Distinção.....	147
	1.3.4.15.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	148
	1.3.4.16.	Causas de aumento de pena.....	148

	1.3.4.17.	Abandono de incapaz e Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	149
1.3.5.	Art. 134	Exposição ou abandono de recém-nascido .....	149
	1.3.5.1.	Dispositivo legal.....	149
	1.3.5.2.	Introdução.....	150
	1.3.5.3.	Espécies criminosas.....	150
	1.3.5.4.	Objetividade jurídica .....	150
	1.3.5.5.	Objeto material .....	150
	1.3.5.6.	Núcleos do tipo .....	150
	1.3.5.7.	Elemento normativo .....	150
	1.3.5.8.	Sujeito ativo .....	151
	1.3.5.9.	Sujeito passivo.....	151
	1.3.5.10.	Elemento subjetivo.....	151
	1.3.5.11.	Consumação .....	151
	1.3.5.12.	Tentativa .....	152
	1.3.5.13.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	152
	1.3.5.14.	Ação penal .....	152
	1.3.5.15.	Classificação doutrinária .....	152
1.3.6.	Art. 135	Omissão de socorro .....	152
	1.3.6.1.	Dispositivo legal.....	152
	1.3.6.2.	Objetividade jurídica .....	153
	1.3.6.3.	Objeto material .....	153
	1.3.6.4.	Núcleos do tipo .....	153
	1.3.6.5.	Elemento normativo do tipo.....	154
	1.3.6.6.	Sujeito ativo.....	155
	1.3.6.7.	Sujeito passivo.....	155
	1.3.6.8.	Elemento subjetivo.....	157
	1.3.6.9.	Consumação .....	157
	1.3.6.10.	Tentativa .....	157
	1.3.6.11.	Causa de aumento de pena .....	157
	1.3.6.12.	Classificação doutrinária.....	158
	1.3.6.13.	Omissão de socorro e Código de Trânsito Brasileiro .....	158
1.3.7.	Art. 135-A	- Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial .....	159
	1.3.7.1.	Dispositivo legal.....	159
	1.3.7.2.	Introdução.....	160
	1.3.7.3.	Objetividade jurídica .....	161
	1.3.7.4.	Objeto material .....	161
	1.3.7.5.	Núcleo do tipo.....	162
	1.3.7.6.	Sujeito ativo .....	163

1.3.7.7.	Sujeito passivo.....	163
1.3.7.8.	Elemento subjetivo.....	163
1.3.7.9.	Consumação.....	164
1.3.7.10.	Tentativa.....	164
1.3.7.11.	Ação penal.....	164
1.3.7.12.	Lei 9.099/1995.....	164
1.3.7.13.	Classificação doutrinária.....	165
1.3.7.14.	Causas de aumento da pena: art. 135-A, parágrafo único.....	165
1.3.7.15.	Estatuto da Pessoa Idosa.....	166
1.3.8.	Art. 136 – Maus-tratos.....	166
1.3.8.1.	Dispositivo legal.....	166
1.3.8.2.	Objetividade jurídica.....	167
1.3.8.3.	Objeto material.....	167
1.3.8.4.	Núcleo do tipo.....	167
1.3.8.5.	Sujeito ativo.....	169
1.3.8.6.	Sujeito passivo.....	169
1.3.8.7.	Elemento subjetivo.....	170
1.3.8.8.	Consumação.....	170
1.3.8.9.	Tentativa.....	171
1.3.8.10.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	171
1.3.8.11.	Causa de aumento de pena.....	171
1.3.8.12.	Ação penal.....	171
1.3.8.13.	Classificação doutrinária.....	171
1.3.8.14.	Maus-tratos e agravantes genéricas.....	171
1.3.8.15.	Art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente e maus-tratos: distinção.....	172
1.3.8.16.	Tortura e maus-tratos: distinção.....	172
1.3.8.17.	Maus-tratos contra animais.....	172
1.4.	Da rixa.....	173
1.4.1.	Dispositivo legal.....	173
1.4.2.	Conceito.....	174
1.4.3.	Objetividade jurídica.....	174
1.4.4.	Objeto material.....	174
1.4.5.	Núcleo do tipo.....	174
1.4.6.	Sujeitos do crime: ativo e passivo.....	175
1.4.7.	Elemento subjetivo.....	175
1.4.8.	Consumação.....	176
1.4.9.	Tentativa.....	176
1.4.10.	Rixa qualificada: art. 137, parágrafo único.....	176
1.4.11.	Rixa e legítima defesa.....	178

1.4.12.	Ação penal .....	178
1.4.13.	Lei 9.099/1995.....	178
1.4.14.	Classificação doutrinária .....	178
1.5.	Dos crimes contra a honra.....	179
1.5.1.	Introdução.....	179
1.5.2.	Conceito de honra.....	179
1.5.3.	Espécies de honra.....	179
1.5.4.	Art. 138 – Calúnia.....	180
1.5.4.1.	Dispositivo legal.....	180
1.5.4.2.	Conceito .....	181
1.5.4.3.	Objetividade jurídica .....	181
1.5.4.4.	Objeto material .....	181
1.5.4.5.	Núcleo do tipo.....	181
1.5.4.6.	Elemento normativo do tipo: “falsamente” .....	182
1.5.4.7.	Formas de calúnia .....	183
1.5.4.8.	Consumação.....	183
1.5.4.9.	Tentativa.....	183
1.5.4.10.	Calúnia e denúncia caluniosa: distinções.....	183
1.5.4.11.	Subtipo da calúnia: art. 138, § 1.º.....	184
1.5.4.12.	Calúnia contra os mortos.....	184
1.5.4.13.	Exceção da verdade: art. 138, § 3.º.....	184
1.5.5.	Art. 139 – Difamação .....	188
1.5.5.1.	Dispositivo legal.....	188
1.5.5.2.	Conceito .....	189
1.5.5.3.	Objetividade jurídica .....	189
1.5.5.4.	Objeto material.....	189
1.5.5.5.	Núcleo do tipo .....	189
1.5.5.6.	Consumação .....	190
1.5.5.7.	Tentativa .....	190
1.5.5.8.	Exceção da verdade.....	190
1.5.5.9.	Exceção de notoriedade .....	191
1.5.5.10.	Atribuição antecipada de culpa pelo agente público e abuso de autoridade.....	192
1.5.6.	Art. 140 Injúria .....	192
1.5.6.1.	Dispositivo legal.....	192
1.5.6.2.	Estrutura do tipo penal.....	193
1.5.6.3.	Conceito .....	193
1.5.6.4.	Objetividade jurídica .....	194
1.5.6.5.	Objeto material.....	194
1.5.6.6.	Núcleo do tipo .....	194
1.5.6.7.	Consumação .....	195

1.5.6.8.	Tentativa .....	196
1.5.6.9.	Exceção da verdade.....	196
1.5.6.10.	Perdão judicial: art. 140, § 1.º.....	197
1.5.6.11.	Injúria real: art. 140, § 2.º .....	198
1.5.6.12.	Injúria qualificada: art. 140, § 3.º.....	199
1.5.6.13.	Injúria contra funcionário público e desacato: distinção .....	202
1.5.6.14.	Injúria cometida pela internet e competência ...	203
1.5.6.15.	Injúria eleitoral.....	203
1.5.7.	Arts. 141 a 145 Apontamentos comuns aos crimes contra a honra .....	204
1.5.7.1.	Introdução.....	204
1.5.7.2.	Disposições comuns: art. 141.....	214
1.5.7.3.	Exclusão do crime: art. 142.....	219
1.5.7.4.	Retratação .....	222
1.5.7.5.	Pedido de explicações: art. 144.....	224
1.5.7.6.	Ação penal nos crimes contra a honra.....	226
1.5.8.	Quadro sinótico dos crimes contra a honra.....	228
1.6.	Dos crimes contra a liberdade individual.....	230
1.6.1.	Dos crimes contra a liberdade pessoal.....	230
1.6.1.1.	Art. 146 – Constrangimento ilegal .....	230
1.6.1.2.	Art. 146-A Intimidação sistemática ( <i>bullying</i> ) e intimidação sistemática virtual ( <i>cyberbullying</i> )..	237
1.6.1.3.	Art. 147 Ameaça.....	243
1.6.1.4.	Art. 147-A Perseguição.....	248
1.6.1.5.	Art. 147-B – Violência psicológica contra a mulher .....	258
1.6.1.6.	Art. 148 – Sequestro e cárcere privado .....	267
1.6.1.7.	Art. 149 – Redução a condição análoga à de escravo.....	274
1.6.1.8.	Art. 149-A Tráfico de pessoas.....	283
1.6.2.	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.....	298
1.6.2.1.	Art. 150 Violação de domicílio.....	298
1.6.3.	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	315
1.6.3.1.	Art. 151 – Violação de correspondência .....	316
1.6.3.2.	Art. 152 Correspondência comercial.....	326
1.6.4.	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.....	329
1.6.4.1.	Art. 153 – Divulgação de segredo .....	330
1.6.4.2.	Art. 154 – Violação do segredo profissional.....	336
1.6.4.3.	Art. 154-A Invasão de dispositivo informá- tico .....	340

<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO</b>	<b>351</b>
2.1.	Fundamento constitucional e terminologia legal	351
2.2.	Conceito de patrimônio	351
2.3.	Critério legislativo para eleição dos crimes contra o patrimônio	352
2.4.	Do furto	353
2.4.1.	Art. 155 Furto	353
2.4.1.1.	Dispositivo legal	353
2.4.1.2.	Estrutura do tipo penal	355
2.4.1.3.	Objetividade jurídica	355
2.4.1.4.	Objeto material	355
2.4.1.5.	Núcleo do tipo	362
2.4.1.6.	Sujeito ativo	362
2.4.1.7.	Sujeito passivo	363
2.4.1.8.	Elemento subjetivo	363
2.4.1.9.	Consumação	366
2.4.1.10.	Tentativa	368
2.4.1.11.	Ação penal	370
2.4.1.12.	Lei 9.099/1995	370
2.4.1.13.	Classificação doutrinária	370
2.4.1.14.	Furto e conflito aparente de normas penais	370
2.4.1.15.	Furto praticado durante o repouso noturno: art. 155, § 1.º	371
2.4.1.16.	Furto privilegiado: art. 155, § 2.º	374
2.4.1.17.	Furto qualificado: art. 155, §§ 4.º, 4.º-A, 4.º-B, 5.º, 6.º e 7.º	378
2.4.2.	Art. 156 – Furto de coisa comum	407
2.4.2.1.	Dispositivo legal	407
2.4.2.2.	Conceito	408
2.4.2.3.	Objetividade jurídica	408
2.4.2.4.	Objeto material	408
2.4.2.5.	Núcleo do tipo	409
2.4.2.6.	Sujeito ativo	409
2.4.2.7.	Sujeito passivo	409
2.4.2.8.	Elemento subjetivo	409
2.4.2.9.	Consumação	410
2.4.2.10.	Tentativa	410
2.4.2.11.	Ação penal	410
2.4.2.12.	Lei 9.099/1995	410
2.4.2.13.	Causa especial de exclusão da ilicitude: art. 156, § 2.º	410
2.4.2.14.	Classificação doutrinária	411

2.5.	Do roubo e da extorsão .....	411
2.5.1.	Art. 157 – Roubo	
2.5.1.1.	Dispositivo legal.....	411
2.5.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	412
2.5.1.3.	Roubo próprio: art. 157, <i>caput</i> , do Código Penal .....	413
2.5.1.4.	Roubo impróprio: art. 157, § 1.º, do Código Penal .....	425
2.5.1.5.	Roubo circunstanciado, majorado ou agravado: art. 157, §§ 2.º e 2.º-A, do Código Penal.....	429
2.5.1.6.	Roubo qualificado: art. 157, § 3.º, do Código Penal .....	451
2.5.2.	Art. 158 Extorsão.....	460
2.5.2.1.	Dispositivo legal.....	460
2.5.2.2.	Introdução.....	461
2.5.2.3.	Objetividade jurídica .....	462
2.5.2.4.	Objeto material .....	462
2.5.2.5.	Núcleo do tipo .....	462
2.5.2.6.	Sujeito ativo .....	466
2.5.2.7.	Sujeito passivo.....	467
2.5.2.8.	Elemento subjetivo.....	468
2.5.2.9.	Consumação .....	468
2.5.2.10.	Tentativa .....	469
2.5.2.11.	Ação penal.....	470
2.5.2.12.	Classificação doutrinária.....	470
2.5.2.13.	Causas de aumento de pena: art. 158, § 1.º.....	470
2.5.2.14.	Extorsão qualificada: art. 158, § 2.º.....	471
2.5.2.15.	Extorsão mediante restrição da liberdade da vítima ou sequestro-relâmpago: art. 158, § 3.º, do Código Penal.....	471
2.5.3.	Art. 159 – Extorsão mediante sequestro.....	477
2.5.3.1.	Dispositivo legal.....	477
2.5.3.2.	Extorsão mediante sequestro e Lei dos Crimes Hediondos.....	478
2.5.3.3.	Objetividade jurídica .....	478
2.5.3.4.	Objeto material .....	478
2.5.3.5.	Núcleo do tipo .....	478
2.5.3.6.	Sujeito ativo.....	479
2.5.3.7.	Sujeito passivo.....	480
2.5.3.8.	Elemento subjetivo.....	480
2.5.3.9.	Consumação .....	482
2.5.3.10.	Tentativa .....	482
2.5.3.11.	Ação penal.....	482

	2.5.3.12.	Classificação doutrinária .....	483
	2.5.3.13.	Figuras qualificadas.....	483
	2.5.3.14.	Delação premiada: § 4.º.....	487
	2.5.3.15.	Extorsão mediante sequestro e tráfico de pessoas: meios especiais de prevenção e repressão .....	491
2.5.4.	Art. 160 –	Extorsão indireta .....	492
	2.5.4.1.	Dispositivo legal.....	492
	2.5.4.2.	Introdução.....	492
	2.5.4.3.	Objetividade jurídica .....	493
	2.5.4.4.	Objeto material.....	493
	2.5.4.5.	Núcleos do tipo .....	493
	2.5.4.6.	Sujeito ativo .....	494
	2.5.4.7.	Sujeito passivo.....	494
	2.5.4.8.	Elemento subjetivo .....	495
	2.5.4.9.	Consumação.....	495
	2.5.4.10.	Tentativa.....	495
	2.5.4.11.	Ação penal .....	495
	2.5.4.12.	Lei 9.099/1995.....	495
	2.5.4.13.	Classificação doutrinária .....	496
	2.5.4.14.	Concurso de crimes: extorsão indireta e denun- ciação caluniosa.....	496
2.6.	Da usurpação.....		496
2.6.1.	Art. 161 –	Alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório .....	497
	2.6.1.1.	Dispositivo legal.....	497
	2.6.1.2.	Pluralidade de crimes.....	497
	2.6.1.3.	Alteração de limites: art. 161, <i>caput</i> .....	498
	2.6.1.4.	Usurpação de águas: art. 161, § 1.º, inciso I .....	500
	2.6.1.5.	Esbulho possessório: art. 161, § 1.º, inciso II....	502
2.6.2.	Art. 162 –	Supressão ou alteração de marca em animais ...	508
	2.6.2.1.	Dispositivo legal.....	508
	2.6.2.2.	Objetividade jurídica .....	509
	2.6.2.3.	Objeto material.....	509
	2.6.2.4.	Núcleos do tipo .....	509
	2.6.2.5.	Elemento normativo do tipo.....	509
	2.6.2.6.	Sujeito ativo.....	509
	2.6.2.7.	Sujeito passivo.....	509
	2.6.2.8.	Elemento subjetivo.....	509
	2.6.2.9.	Consumação .....	510
	2.6.2.10.	Tentativa .....	510
	2.6.2.11.	Ação penal .....	510



	2.6.2.12.	Lei 9.099/1995.....	510
	2.6.2.13.	Classificação doutrinária.....	510
2.7.	<b>Do dano</b> .....		511
	2.7.1.	Art. 163 – <b>Dano</b> .....	511
	2.7.1.1.	<b>D</b> ispositivo legal.....	511
	2.7.1.2.	Objetividade jurídica.....	511
	2.7.1.3.	Objeto material.....	512
	2.7.1.4.	Núcleos do tipo.....	512
	2.7.1.5.	Sujeito ativo.....	514
	2.7.1.6.	Sujeito passivo.....	515
	2.7.1.7.	Elemento subjetivo.....	515
	2.7.1.8.	Consumação.....	515
	2.7.1.9.	Tentativa.....	516
	2.7.1.10.	Ação penal.....	516
	2.7.1.11.	Lei 9.099/1995.....	516
	2.7.1.12.	Classificação doutrinária.....	516
	2.7.1.13.	Figuras qualificadas: art. 163, parágrafo único..	516
	2.7.2.	Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em proprie- dade alheia.....	520
	2.7.2.1.	Dispositivo legal.....	520
	2.7.2.2.	Introdução.....	521
	2.7.2.3.	Objetividade jurídica.....	521
	2.7.2.4.	Objeto material.....	521
	2.7.2.5.	Núcleos do tipo.....	521
	2.7.2.6.	Elemento normativo do tipo.....	522
	2.7.2.7.	Ocorrência de prejuízo.....	522
	2.7.2.8.	Sujeito ativo.....	522
	2.7.2.9.	Sujeito passivo.....	523
	2.7.2.10.	Elemento subjetivo.....	523
	2.7.2.11.	Consumação.....	523
	2.7.2.12.	Tentativa.....	523
	2.7.2.13.	Ação penal.....	523
	2.7.2.14.	Lei 9.099/1995.....	523
	2.7.2.15.	Classificação doutrinária.....	524
	2.7.3.	Art. 165 <b>D</b> ano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	524
	2.7.3.1.	<b>D</b> ispositivo legal.....	524
	2.7.3.2.	Revogação.....	524
	2.7.4.	Art. 166 Alteração de local especialmente protegido.....	524
	2.7.4.1.	Dispositivo legal.....	524
	2.7.4.2.	Revogação.....	524

2.8.	Da apropriação indébita .....	525
2.8.1.	Introdução .....	525
2.8.2.	O privilégio na apropriação indébita .....	525
2.8.2.1.	Apropriação indébita privilegiada e princípio da insignificância .....	525
2.8.2.2.	Apropriação indébita previdenciária, privilégio e perdão judicial .....	526
2.8.3.	Art. 168 – Apropriação indébita .....	527
2.8.3.1.	Dispositivo legal .....	527
2.8.3.2.	Conceito .....	527
2.8.3.3.	Objetividade jurídica .....	528
2.8.3.4.	Objeto material .....	528
2.8.3.5.	Núcleo do tipo .....	529
2.8.3.6.	Sujeito ativo .....	532
2.8.3.7.	Sujeito passivo .....	532
2.8.3.8.	Elemento subjetivo .....	532
2.8.3.9.	Consumação .....	534
2.8.3.10.	Tentativa .....	534
2.8.3.11.	Ação penal .....	534
2.8.3.12.	Lei 9.099/1995 .....	535
2.8.3.13.	Interpelação judicial e prestação de contas na esfera civil .....	535
2.8.3.14.	Competência .....	535
2.8.3.15.	Classificação doutrinária .....	536
2.8.3.16.	Causas de aumento da pena: art. 168, § 1.º .....	536
2.8.3.17.	Hipóteses especiais de apropriação indébita .....	539
2.8.4.	Art. 168-A Apropriação indébita previdenciária .....	540
2.8.4.1.	Dispositivo legal .....	540
2.8.4.2.	Localização no Código Penal e denominação legal .....	541
2.8.4.3.	Constitucionalidade da incriminação .....	543
2.8.4.4.	Objetividade jurídica .....	544
2.8.4.5.	Objeto material .....	545
2.8.4.6.	Núcleo do tipo .....	545
2.8.4.7.	Sujeito ativo .....	546
2.8.4.8.	Sujeito passivo .....	547
2.8.4.9.	Elemento subjetivo .....	547
2.8.4.10.	Consumação .....	547
2.8.4.11.	Tentativa .....	548
2.8.4.12.	Ação penal .....	548
2.8.4.13.	Competência .....	548

2.8.4.14.	Dificuldades financeiras e reflexos jurídico-penais.....	549
2.8.4.15.	Classificação doutrinária.....	549
2.8.4.16.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	550
2.8.4.17.	Extinção da punibilidade: § 2.º.....	551
2.8.4.18.	Perdão judicial e aplicação isolada da pena de multa: § 3.º.....	552
2.8.4.19.	Prévio esgotamento da via administrativa e ausência de justa causa para a ação penal.....	553
2.8.4.20.	Princípio da insignificância.....	554
2.8.5.	Art. 169 – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.....	555
2.8.5.1.	Dispositivo legal.....	555
2.8.5.2.	Introdução.....	556
2.8.5.3.	Objetividade jurídica.....	556
2.8.5.4.	Objeto material.....	556
2.8.5.5.	Núcleo do tipo.....	556
2.8.5.6.	Sujeito ativo.....	559
2.8.5.7.	Sujeito passivo.....	559
2.8.5.8.	Elemento subjetivo.....	559
2.8.5.9.	Consumação.....	559
2.8.5.10.	Tentativa.....	560
2.8.5.11.	Ação penal.....	560
2.8.5.12.	Lei 9.099/1995.....	560
2.8.5.13.	Classificação doutrinária.....	560
2.8.5.14.	Figuras equiparadas: art. 169, parágrafo único, do Código Penal.....	560
2.9.	Do estelionato e outras fraudes.....	563
2.9.1.	Art. 171 – Estelionato.....	563
2.9.1.1.	Dispositivo legal.....	563
2.9.1.2.	Introdução.....	564
2.9.1.3.	Objetividade jurídica.....	565
2.9.1.4.	Objeto material.....	565
2.9.1.5.	Núcleo do tipo.....	565
2.9.1.6.	Sujeito ativo.....	573
2.9.1.7.	Sujeito passivo.....	573
2.9.1.8.	Elemento subjetivo.....	577
2.9.1.9.	Consumação.....	578
2.9.1.10.	Tentativa.....	581
2.9.1.11.	Ação penal.....	582
2.9.1.12.	Lei 9.099/1995.....	584
2.9.1.13.	Classificação doutrinária.....	584

2.9.1.14.	Competência.....	585
2.9.1.15.	Estelionato e torpeza bilateral (fraude nos negócios ilícitos ou imorais).....	587
2.9.1.16.	Estelionato e jogo de azar.....	588
2.9.1.17.	Estelionato e curandeirismo.....	589
2.9.1.18.	Estelionato e falsidade documental.....	590
2.9.1.19.	Estelionato e Lei de Falências.....	592
2.9.1.20.	Estelionato e crime contra o sistema financeiro nacional.....	593
2.9.1.21.	Estelionato e Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	594
2.9.1.22.	Estelionato privilegiado: § 1.º.....	594
2.9.1.23.	Figuras equiparadas ao estelionato: § 2.º.....	595
2.9.1.24.	Causa de aumento da pena: § 3.º.....	613
2.9.2.	Art. 171-A – Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros.....	614
2.9.2.1.	Dispositivo legal.....	614
2.9.2.2.	Introdução.....	614
2.9.2.3.	Objetividade jurídica.....	615
2.9.2.4.	Objeto material.....	615
2.9.2.5.	Núcleos do tipo.....	616
2.9.2.6.	Sujeito ativo.....	616
2.9.2.7.	Sujeito passivo.....	616
2.9.2.8.	Elemento subjetivo.....	617
2.9.2.9.	Consumação.....	617
2.9.2.10.	Tentativa.....	617
2.9.2.11.	Ação penal.....	617
2.9.2.12.	Lei 9.099/1995.....	617
2.9.2.13.	Classificação doutrinária.....	617
2.9.2.14.	Competência.....	618
2.9.3.	Art. 172 Duplicata simulada.....	619
2.9.3.1.	Dispositivo legal.....	619
2.9.3.2.	Objetividade jurídica.....	620
2.9.3.3.	Objeto material.....	620
2.9.3.4.	Núcleo do tipo.....	620
2.9.3.5.	Sujeito ativo.....	620
2.9.3.6.	Sujeito passivo.....	620
2.9.3.7.	Elemento subjetivo.....	621
2.9.3.8.	Consumação.....	621
2.9.3.9.	Tentativa.....	622
2.9.3.10.	Ação penal.....	622

	2.9.3.11.	Classificação doutrinária.....	622
	2.9.3.12.	A questão da “triplicata” .....	622
	2.9.3.13.	Figura equiparada: parágrafo único.....	622
2.9.4.	Art. 173 –	Abuso de incapazes.....	623
	2.9.4.1.	Dispositivo legal.....	623
	2.9.4.2.	Objetividade jurídica .....	623
	2.9.4.3.	Objeto material.....	623
	2.9.4.4.	Núcleos do tipo .....	623
	2.9.4.5.	Sujeito ativo.....	624
	2.9.4.6.	Sujeito passivo.....	624
	2.9.4.7.	Elemento subjetivo.....	624
	2.9.4.8.	Consumação .....	624
	2.9.4.9.	Tentativa.....	624
	2.9.4.10.	Ação penal.....	624
	2.9.4.11.	Classificação doutrinária.....	624
2.9.5.	Art. 174	Induzimento à especulação.....	625
	2.9.5.1.	Dispositivo legal.....	625
	2.9.5.2.	Objetividade jurídica .....	625
	2.9.5.3.	Objeto material.....	625
	2.9.5.4.	Núcleos do tipo .....	625
	2.9.5.5.	Sujeito ativo.....	626
	2.9.5.6.	Sujeito passivo.....	626
	2.9.5.7.	Elemento subjetivo.....	626
	2.9.5.8.	Consumação .....	626
	2.9.5.9.	Tentativa.....	627
	2.9.5.10.	Ação penal.....	627
	2.9.5.11.	Lei 9.099/1995.....	627
	2.9.5.12.	Classificação doutrinária.....	627
2.9.6.	Art. 175	Fraude no comércio .....	627
	2.9.6.1.	Dispositivo legal.....	627
	2.9.6.2.	Objetividade jurídica .....	628
	2.9.6.3.	Objeto material.....	628
	2.9.6.4.	Núcleo do tipo.....	628
	2.9.6.5.	Sujeito ativo.....	629
	2.9.6.6.	Sujeito passivo.....	629
	2.9.6.7.	Elemento subjetivo.....	629
	2.9.6.8.	Consumação .....	629
	2.9.6.9.	Tentativa.....	630
	2.9.6.10.	Ação penal.....	630
	2.9.6.11.	Lei 9.099/1995.....	630
	2.9.6.12.	Classificação doutrinária.....	630

	2.9.6.13.	Forma qualificadora: § 1.º .....	630
	2.9.6.14.	Figura privilegiada: § 2.º.....	631
	2.9.6.15.	Competência.....	631
	2.9.6.16.	Fraude no comércio e estelionato: distinção. Possibilidade de ocorrência do crime tipificado pelo art. 273, § 1.º, do Código Penal.....	631
2.9.7.	Art. 176 –	Outras fraudes.....	632
	2.9.7.1.	Dispositivo legal.....	632
	2.9.7.2.	Introdução.....	632
	2.9.7.3.	Objetividade jurídica .....	632
	2.9.7.4.	Objeto material.....	633
	2.9.7.5.	Núcleos do tipo .....	633
	2.9.7.6.	Sujeito ativo .....	634
	2.9.7.7.	Sujeito passivo.....	634
	2.9.7.8.	Elemento subjetivo .....	634
	2.9.7.9.	Consumação .....	635
	2.9.7.10.	Tentativa.....	635
	2.9.7.11.	Perdão judicial .....	635
	2.9.7.12.	Ação penal.....	636
	2.9.7.13.	Lei 9.099/1995.....	636
	2.9.7.14.	Classificação doutrinária .....	636
	2.9.7.15.	O tratamento jurídico-penal da pendura .....	636
2.9.8.	Art. 177 –	Fraude e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações.....	637
	2.9.8.1.	Dispositivo legal.....	637
	2.9.8.2.	Objetividade jurídica .....	638
	2.9.8.3.	Objeto material .....	638
	2.9.8.4.	Núcleo do tipo.....	638
	2.9.8.5.	Sujeito ativo .....	639
	2.9.8.6.	Sujeito passivo.....	639
	2.9.8.7.	Elemento subjetivo .....	639
	2.9.8.8.	Consumação .....	639
	2.9.8.9.	Tentativa .....	639
	2.9.8.10.	Subsidiariedade expressa .....	639
	2.9.8.11.	Ação penal.....	639
	2.9.8.12.	Lei 9.099/1995.....	640
	2.9.8.13.	Classificação doutrinária .....	640
	2.9.8.14.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	640
	2.9.8.15.	Crime de negociação ilícita de voto: § 2.º .....	643
	2.9.8.16.	Extinção da punibilidade.....	644

2.9.9.	Art. 178	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> .....	644	
	2.9.9.1.	Dispositivo legal.....	644	
	2.9.9.2.	Objetividade jurídica .....	644	
	2.9.9.3.	Objeto material.....	644	
	2.9.9.4.	Núcleo do tipo.....	646	
	2.9.9.5.	Sujeito ativo.....	646	
	2.9.9.6.	Sujeito passivo.....	646	
	2.9.9.7.	Elemento subjetivo.....	646	
	2.9.9.8.	Consumação.....	646	
	2.9.9.9.	Tentativa.....	646	
	2.9.9.10.	Ação penal.....	646	
	2.9.9.11.	Lei 9.099/1995.....	646	
	2.9.9.12.	Classificação doutrinária .....	647	
2.9.10.	Art. 179	Fraude à execução.....	647	
	2.9.10.1.	Dispositivo legal.....	647	
	2.9.10.2.	Objetividade jurídica .....	647	
	2.9.10.3.	Objeto material.....	647	
	2.9.10.4.	Núcleo do tipo.....	647	
	2.9.10.5.	Sujeito ativo.....	648	
	2.9.10.6.	Sujeito passivo.....	648	
	2.9.10.7.	Elemento subjetivo .....	648	
	2.9.10.8.	Consumação.....	649	
	2.9.10.9.	Tentativa.....	649	
	2.9.10.10.	Ação penal.....	649	
	2.9.10.11.	Lei 9.099/1995.....	649	
	2.9.10.12.	Classificação doutrinária .....	649	
2.10.	Da receptação.....		650	
	2.10.1.	Art. 180 – Receptação .....	650	
		2.10.1.1.	Dispositivo legal.....	650
		2.10.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	651
		2.10.1.3.	Pontos comuns a todas as espécies de receptação.....	652
		2.10.1.4.	Plano de estudo .....	652
		2.10.1.5.	Receptação própria: <i>caput</i> , 1. <sup>a</sup> parte .....	652
		2.10.1.6.	Receptação imprópria: <i>caput</i> , parte final.....	665
		2.10.1.7.	Receptação qualificada pelo exercício de atividade comercial ou industrial: § 1. <sup>o</sup> .....	666
		2.10.1.8.	Receptação privilegiada: § 5. <sup>o</sup> , parte final.....	672
		2.10.1.9.	Receptação culposa: § 3. <sup>o</sup> .....	673
		2.10.1.10.	Figuras especiais.....	676

2.10.1.11.	Código de Trânsito Brasileiro e medidas de prevenção e repressão à prática do crime de receptação .....	678
2.10.2.	Art. 180-A – Receptação de animal .....	678
2.10.2.1.	Dispositivo legal.....	678
2.10.2.2.	Introdução.....	678
2.10.2.3.	A desnecessidade da figura típica .....	679
2.10.2.4.	Objetividade jurídica .....	679
2.10.2.5.	Objeto material.....	679
2.10.2.6.	Sujeito ativo .....	680
2.10.2.7.	Sujeito passivo.....	681
2.10.2.8.	Elemento subjetivo.....	681
2.10.2.9.	Lei 9.099/1995.....	681
2.10.2.10.	Classificação doutrinária .....	682
2.10.2.11.	Crime contra as relações de consumo .....	682
2.11.	Disposições gerais.....	682
2.11.1.	Art. 181 – Imunidades absolutas.....	683
2.11.1.1.	Dispositivo legal.....	683
2.11.1.2.	Denominação .....	683
2.11.1.3.	Natureza jurídica e efeitos .....	684
2.11.1.4.	Hipóteses legais.....	684
2.11.1.5.	Observações comuns aos incisos I e II.....	687
2.11.1.6.	Erro quanto à titularidade do objeto material... ..	687
2.11.2.	Art. 182 – Imunidades relativas .....	688
2.11.2.1.	Dispositivo legal.....	688
2.11.2.2.	Denominação .....	689
2.11.2.3.	Natureza jurídica e efeitos .....	689
2.11.2.4.	Hipóteses legais.....	689
2.11.2.5.	Erro quanto à titularidade do objeto material... ..	690
2.11.3.	Art. 183 – Limite de aplicabilidade dos arts. 181 e 182.....	690
2.11.3.1.	Dispositivo legal.....	690
2.11.3.2.	Introdução.....	691
2.11.3.3.	Hipóteses legais.....	691
2.11.3.4.	Imunidades penais nos crimes contra o patrimônio e Lei Maria da Penha.....	692
<b>CAPÍTULO 3 – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.</b>		<b>695</b>
3.1.	Dos crimes contra a propriedade intelectual .....	696
3.1.1.	Art. 184 – Violação de direito autoral .....	696
3.1.1.1.	Dispositivo legal.....	696
3.1.1.2.	Introdução.....	697



3.1.1.3.	Objetividade jurídica .....	698
3.1.1.4.	Objeto material .....	698
3.1.1.5.	Tipo fundamental ou modalidade simples: art. 184, <i>caput</i> .....	698
3.1.1.6.	Figuras qualificadas: art. 184, §§ 1.º, 2.º e 3.º ...	701
3.1.1.7.	Exceções ou limitações aos direitos autorais: art. 184, § 4.º, do Código Penal .....	705
3.1.1.8.	Crimes contra a propriedade intelectual e princípio da adequação social .....	706
3.1.2.	Art. 185 – Usurpação de nome ou pseudônimo alheio .....	707
3.1.3.	Art. 186 – Ação penal nos crimes contra a propriedade intelectual .....	707
3.1.3.1.	Dispositivo legal.....	707
3.1.3.2.	Art. 184, <i>caput</i> , do Código Penal.....	707
3.1.3.3.	Art. 184, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal .....	708
3.1.3.4.	Art. 184, § 3.º, do Código Penal.....	708
3.1.3.5.	Disposições processuais especiais relativas aos crimes contra a propriedade intelectual.....	708
3.2.	Dos crimes contra o privilégio de invenção .....	712
3.3.	Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio .....	712
3.4.	Dos crimes de concorrência desleal.....	712

#### CAPÍTULO 4 DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....

4.1.	Introdução.....	713
4.2.	Fundamento constitucional.....	714
4.3.	Competência.....	714
4.4.	Art. 197 – atentado contra a liberdade de trabalho .....	715
4.4.1.	Dispositivo legal.....	715
4.4.2.	Objetividade jurídica.....	716
4.4.3.	Objeto material .....	716
4.4.4.	Núcleo do tipo .....	716
4.4.4.1.	Exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria: inciso I, 1.ª parte.....	717
4.4.4.2.	Trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias: inciso I, 2.ª parte.....	717
4.4.4.3.	Abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho: inciso II, 1.ª parte.....	717
4.4.4.4.	Participar de greve ou paralisação de atividade econômica: inciso II, 2.ª parte .....	717
4.4.5.	Sujeito ativo .....	718
4.4.6.	Sujeito passivo.....	718

4.4.7.	Elemento subjetivo .....	718
4.4.8.	Consumação .....	718
4.4.9.	Tentativa .....	719
4.4.10.	Ação penal .....	719
4.4.11.	Lei 9.099/1995 .....	719
4.4.12.	Concurso material obrigatório .....	719
4.4.13.	Classificação doutrinária .....	719
4.5.	Art. 198 Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta .....	719
4.5.1.	Dispositivo legal .....	719
4.5.2.	Introdução .....	720
4.5.3.	Objetividade jurídica .....	720
4.5.4.	Objeto material .....	720
4.5.5.	Núcleo do tipo .....	720
4.5.5.1.	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho: 1.ª parte .....	720
4.5.5.2.	Boicotagem violenta: 2.ª parte .....	721
4.5.6.	Sujeito ativo .....	721
4.5.7.	Sujeito passivo .....	721
4.5.8.	Elemento subjetivo .....	722
4.5.9.	Consumação .....	722
4.5.10.	Tentativa .....	722
4.5.11.	Ação penal .....	722
4.5.12.	Lei 9.099/1995 .....	722
4.5.13.	Concurso material obrigatório .....	722
4.5.14.	Classificação doutrinária .....	722
4.6.	Art. 199 – Atentado contra a liberdade de associação .....	723
4.6.1.	Dispositivo legal .....	723
4.6.2.	Objetividade jurídica .....	723
4.6.3.	Objeto material .....	723
4.6.4.	Núcleo do tipo .....	724
4.6.5.	Sujeito ativo .....	724
4.6.6.	Sujeito passivo .....	724
4.6.7.	Elemento subjetivo .....	725
4.6.8.	Consumação .....	725
4.6.9.	Tentativa .....	725
4.6.10.	Ação penal .....	725
4.6.11.	Lei 9.099/1995 .....	725
4.6.12.	Concurso material obrigatório .....	725
4.6.13.	Classificação doutrinária .....	725

4.7.	Art. 200 – Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.....	726
4.7.1.	Dispositivo legal.....	726
4.7.2.	Objetividade jurídica.....	726
4.7.3.	Objeto material.....	726
4.7.4.	Núcleo do tipo.....	726
4.7.5.	Sujeito ativo.....	727
4.7.6.	Sujeito passivo.....	727
4.7.7.	Elemento subjetivo.....	728
4.7.8.	Consumação.....	728
4.7.9.	Tentativa.....	728
4.7.10.	Ação penal.....	728
4.7.11.	Lei 9.099/1995.....	728
4.7.12.	Concurso material obrigatório.....	728
4.7.13.	Competência.....	728
4.7.14.	Classificação doutrinária.....	728
4.8.	Art. 201 Paralisação de trabalho de interesse coletivo.....	729
4.8.1.	Dispositivo legal.....	729
4.8.2.	Introdução.....	729
4.8.3.	Objetividade jurídica.....	730
4.8.4.	Objeto material.....	730
4.8.5.	Núcleo do tipo.....	730
4.8.6.	Sujeito ativo.....	730
4.8.7.	Sujeito passivo.....	731
4.8.8.	Elemento subjetivo.....	731
4.8.9.	Consumação.....	731
4.8.10.	Tentativa.....	731
4.8.11.	Ação penal.....	731
4.8.12.	Lei 9.099/1995.....	731
4.8.13.	Competência.....	731
4.8.14.	Classificação doutrinária.....	731
4.9.	Art. 202 – Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.....	732
4.9.1.	Dispositivo legal.....	732
4.9.2.	Introdução.....	732
4.9.2.1.	Invasão de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola: art. 202, 1.ª parte.....	732
4.9.2.2.	Sabotagem: art. 202, parte final.....	733
4.9.3.	Disposições comuns aos crimes previstos no art. 202 do Código Penal.....	734
4.9.3.1.	Sujeito ativo.....	734

	4.9.3.2.	Sujeito passivo.....	734
	4.9.3.3.	Elemento subjetivo.....	734
	4.9.3.4.	Tentativa.....	734
	4.9.3.5.	Ação penal.....	734
	4.9.3.6.	Lei 9.099/1995.....	734
	4.9.4.	Classificação doutrinária.....	735
4.10.	Art. 203	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	735
	4.10.1.	Dispositivo legal.....	735
	4.10.2.	Introdução.....	736
	4.10.3.	Objetividade jurídica.....	736
	4.10.4.	Objeto material.....	736
	4.10.5.	Núcleo do tipo.....	736
	4.10.6.	Sujeito ativo.....	736
	4.10.7.	Sujeito passivo.....	736
	4.10.8.	Elemento subjetivo.....	736
	4.10.9.	Consumação.....	736
	4.10.10.	Tentativa.....	737
	4.10.11.	Ação penal.....	737
	4.10.12.	Lei 9.099/1995.....	737
	4.10.13.	Concurso material obrigatório.....	737
	4.10.14.	Classificação doutrinária.....	737
	4.10.15.	Competência.....	737
	4.10.16.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	737
	4.10.16.1.	Obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida (inciso I).....	737
	4.10.16.2.	Impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais (inciso II).....	738
	4.10.17.	Causas de aumento da pena: § 2.º.....	738
	4.10.18.	Competência.....	740
4.11.	Art. 204	- Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	740
	4.11.1.	Dispositivo legal.....	740
	4.11.2.	Introdução.....	741
	4.11.3.	Objetividade jurídica.....	741
	4.11.4.	Objeto material.....	741
	4.11.5.	Núcleo do tipo.....	741
	4.11.6.	Sujeito ativo.....	741
	4.11.7.	Sujeito passivo.....	741
	4.11.8.	Elemento subjetivo.....	742

4.11.9.	Consumação.....	742
4.11.10.	Tentativa.....	742
4.11.11.	Ação penal.....	742
4.11.12.	Lei 9.099/1995.....	742
4.11.13.	Concurso material obrigatório.....	742
4.11.14.	Competência.....	742
4.11.15.	Classificação doutrinária.....	742
4.12.	Art. 205 – Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	743
4.12.1.	Dispositivo legal.....	743
4.12.2.	Objetividade jurídica.....	743
4.12.3.	Objeto material.....	743
4.12.4.	Núcleo do tipo.....	743
4.12.5.	Sujeito ativo.....	744
4.12.6.	Sujeito passivo.....	744
4.12.7.	Elemento subjetivo.....	744
4.12.8.	Consumação.....	744
4.12.9.	Tentativa.....	744
4.12.10.	Ação penal.....	744
4.12.11.	Lei 9.099/1995.....	744
4.12.12.	Competência.....	745
4.12.13.	Classificação doutrinária.....	745
4.13.	Art. 206 – Aliciamento para o fim de emigração.....	745
4.13.1.	Dispositivo legal.....	745
4.13.2.	Objetividade jurídica.....	745
4.13.3.	Objeto material.....	746
4.13.4.	Núcleo do tipo.....	746
4.13.5.	Sujeito ativo.....	746
4.13.6.	Sujeito passivo.....	746
4.13.7.	Elemento subjetivo.....	746
4.13.8.	Consumação.....	746
4.13.9.	Tentativa.....	746
4.13.10.	Ação penal.....	746
4.13.11.	Lei 9.099/1995.....	746
4.13.12.	Competência.....	747
4.13.13.	Classificação doutrinária.....	747
4.14.	Art. 207 – Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	747
4.14.1.	Dispositivo legal.....	747
4.14.2.	Introdução.....	748
4.14.3.	Objetividade jurídica.....	748

4.14.4.	Objeto material .....	748
4.14.5.	Núcleo do tipo .....	748
4.14.6.	Sujeito ativo .....	748
4.14.7.	Sujeito passivo .....	748
4.14.8.	Elemento subjetivo .....	749
4.14.9.	Consumação .....	749
4.14.10.	Tentativa .....	749
4.14.11.	Ação penal .....	749
4.14.12.	Lei 9.099/1995 .....	749
4.14.13.	Competência .....	749
4.14.14.	Classificação doutrinária .....	749
4.14.15.	Figura equiparada: art. 207, § 1.º .....	749
4.14.16.	Causa de aumento de pena: § 2.º .....	750

<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E</b>	
	<b>CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS .....</b>	<b>751</b>
5.1.	Dos crimes contra o sentimento religioso .....	751
5.1.1.	Art. 208 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo .....	752
5.1.1.1.	Dispositivo legal .....	752
5.1.1.2.	Objetividade jurídica .....	752
5.1.1.3.	Objeto material .....	752
5.1.1.4.	Núcleos do tipo .....	753
5.1.1.5.	Sujeito ativo .....	755
5.1.1.6.	Sujeito passivo .....	755
5.1.1.7.	Elemento subjetivo .....	755
5.1.1.8.	Consumação e tentativa .....	755
5.1.1.9.	Causa de aumento da pena: parágrafo único ...	755
5.1.1.10.	Ação penal .....	756
5.1.1.11.	Lei 9.099/1995 .....	756
5.1.1.12.	Classificação doutrinária .....	756
5.2.	Dos crimes contra o respeito aos mortos .....	756
5.2.1.	Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia fu- nerária .....	757
5.2.1.1.	Dispositivo legal .....	757
5.2.1.2.	Objetividade jurídica .....	757
5.2.1.3.	Objeto material .....	757
5.2.1.4.	Núcleos do tipo .....	758
5.2.1.5.	Sujeito ativo .....	758
5.2.1.6.	Sujeito passivo .....	758
5.2.1.7.	Elemento subjetivo .....	758

	5.2.1.8.	Consumação.....	758
	5.2.1.9.	Tentativa.....	758
	5.2.1.10.	Causa de aumento da pena: parágrafo único....	758
	5.2.1.11.	Ação penal.....	759
	5.2.1.12.	Lei 9.099/1995.....	759
	5.2.1.13.	Classificação doutrinária.....	759
5.2.2.	Art. 210 –	Violação de sepultura.....	759
	5.2.2.1.	Dispositivo legal.....	759
	5.2.2.2.	Objetividade jurídica.....	760
	5.2.2.3.	Objeto material.....	760
	5.2.2.4.	Núcleos do tipo.....	760
	5.2.2.5.	Sujeito ativo.....	760
	5.2.2.6.	Sujeito passivo.....	760
	5.2.2.7.	Elemento subjetivo.....	761
	5.2.2.8.	Consumação.....	761
	5.2.2.9.	Tentativa.....	761
	5.2.2.10.	Ação penal.....	761
	5.2.2.11.	Lei 9.099/1995.....	761
	5.2.2.12.	Exclusão da ilicitude.....	761
	5.2.2.13.	Classificação doutrinária.....	762
5.2.3.	Art. 211 –	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver .	762
	5.2.3.1.	Dispositivo legal.....	762
	5.2.3.2.	Objetividade jurídica.....	762
	5.2.3.3.	Objeto material.....	762
	5.2.3.4.	Núcleos do tipo.....	763
	5.2.3.5.	Sujeito ativo.....	764
	5.2.3.6.	Sujeito passivo.....	764
	5.2.3.7.	Elemento subjetivo.....	764
	5.2.3.8.	Consumação.....	764
	5.2.3.9.	Tentativa.....	765
	5.2.3.10.	Ação penal.....	765
	5.2.3.11.	Lei 9.099/1995.....	765
	5.2.3.12.	Distinções.....	765
	5.2.3.13.	Art. 211 do Código Penal e autodefesa.....	766
	5.2.3.14.	Classificação doutrinária.....	766
5.2.4.	Art. 212	Vilipêndio a cadáver.....	767
	5.2.4.1.	Dispositivo legal.....	767
	5.2.4.2.	Objetividade jurídica.....	767
	5.2.4.3.	Objeto material.....	767
	5.2.4.4.	Núcleo do tipo.....	767
	5.2.4.5.	Sujeito ativo.....	768

5.2.4.6.	Sujeito passivo .....	768
5.2.4.7.	Elemento subjetivo .....	768
5.2.4.8.	Consumação .....	768
5.2.4.9.	Tentativa .....	768
5.2.4.10.	Ação penal .....	768
5.2.4.11.	Lei 9.099/1995 .....	768
5.2.4.12.	A questão do consentimento .....	768
5.2.4.13.	Classificação doutrinária .....	768
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>769</b>